

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS

B O L E T I M

DA DIRECTORIA GERAL

DE EDIFICIOS PUBL.

NUMERO 200

CASTELO DE ALEXANDRE

OUTUBRO DE 1950

61

COTA 719
NUCLEO Patrimônio
REGISTO 427/F. Local P
BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE NISA

0

Castelo de

AMIEIRA

REPÚBLICA



PORTUGUESA

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

BOLETIM

DA

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

CASTELO DE
AMIEIRA



N.º 61

SETEMBRO DE 1950

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

LXI

CASTELO DE
A M I E I R A

CASTELO DE AMIEIRA

(NOTÍCIA HISTÓRICA)

FOI no penúltimo decênio do século XIII, talvez no ano de 1286, que na cidade de Salamanca, senão em terra mais vizinha da fronteira portuguesa, viu escondidamente a luz da vida uma criança que devia ser, em Portugal, pátria de seu pai, um dos primeiros homens da agitada época em que viveu. Nascera de um moço de grande prole, como então se dizia, que ao tempo cursava os «Estudos» fundados em 1254, naquela urbe castelhana, pelo famoso rei D. Afonso, o Sábio (avô materno do nosso D. Dinis), e de uma salmantina de honrada família, segundo se diz. Chamava-se o escolar D. Gonçalo Pereira, e era filho de um rico-homem de igual nome, a quem apelidaram «o liberal», pela magnificência com que vivia e espalhava em torno de si muitas das suas imensas riquezas.

A irregularidade do nascimento não privou em verdade dos favores da fortuna aquela criança tão imprudentemente lançada ao mundo por um homem que pretendia honrar a sua estirpe, não só como cavaleiro de fama, nos campos de batalha, mas também como servidor de Deus e da sua Igreja, em altas

dignidades eclesiásticas. Entretanto, persistindo embora neste último intento, o moço D. Gonçalo Pereira, não se descuidou de fazer legitimar pelo papa Celestino V e por el-rei D. Dinís, o seu prematuro bastardo, nem de lhe proporcionar, nos anos que se seguiram, uma rápida e brilhante ascensão social.

Assim, antes de perfazer 18 anos de idade, já D. Álvaro Gonçalves Pereira era admitido sem dificuldade na mais nobre das Ordens Militares que então se achavam representadas em Portugal: a dos Hospitalários de S. João de Jerusalém. Monge e guerreiro desde então, o filho de D. Gonçalo Pereira foi principalmente um soldado da Fé, batalhador esforçado, bem digno das tradições de seu pai — prelado jamais remisso em trocar a casula de sacerdote pela armadura de lidador — e também as de seus avós, que sempre haviam primado entre os mais bravos cavaleiros da Península. Em Rodes, sede da sua Ordem, achou então, durante esse tempo, a liça heróica, o vasto campo de acção de que precisava; e, combatendo os Turcos em todo o Mediterrâneo oriental ou nas próximas costas africanas, de tal modo se distinguiu entre os mais bravos, que em 1336, quando seu pai, no sólio arquiiepiscopal de Braga, já tinha sido honrado com a mitra de Primaz das Espanhas, foi ele o escolhido para o cargo de Prior da Ordem do Hospital no nosso País — cargo que então vagara por falecimento do velho bailio de Leça, D. Estevão Vasques Pimentel (1).

Assim investido em uma dignidade, que era talvez a mais invejada e de maior prestígio que então havia na corte portuguesa, conforme notou Oliveira Martins na «Vida de Nun'Alvares», não depôs a sua lança, nem deixou enferrujar a sua

(1) Entre os dois priores, o antigo e o novo, havia estreitos laços de parentesco, pois a avó paterna de D. Álvaro, que se chamava D. Urraca Vasques Pimentel, era irmã do velho D. Estevão.

espada; em 1344, com mais de 50 anos de idade, na companhia dos seus freires e também na de seu pai, já septuagenário, mas ainda forte, pelejou valorosamente na Batalha do Salado, onde tamanha fama consagrou o heroísmo, a lealdade e a nobre isenção dos Portugueses capitaneados por D. Afonso IV.

Foi cerca de três lustros depois dessa batalha, segundo se crê, que ele, tendo resolvido transferir para a vila do Crato a cabeça da Ordem, que então se achava instalada no Castelo de Belver, amplificou a vasta obra reformadora, anteriormente iniciada, mandando construir, em uma das outras onze vilas que o Priorado possuía naquela região, a de Amieira, o poderoso castelo que chegou aos nossos dias e acaba de ser restaurado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nesse grande edificio, digno de representar um feudo medievo, e construído talvez sob a sua direcção pessoal, D. Álvaro Pereira deixou provas flagrantes do muito que aprendera durante a sua permanência em Rodes e em outros lugares onde, como cavaleiro da Ordem do Hospital, tão larga acção exercera. A traça da nova fortaleza, bem delineada para facilitar a sua missão defensiva, acusa um espirito cultivado e pratico, já emancipado de certas superstições que eram vulgares nos mais illustres capitães do tempo e que não raro se reflectiam em certos aspectos ou pormenores da velha arquitectura militar que os serviu. Esse vasto recinto rectangular, com a sua cerca de muralhas poderosamente reforçada, nos cantos, por quatro grandes torres — a de Menagem e mais quatro de menor vulto (1) — constituía, de facto, o lugar de

(1) Os amieirenses ainda hoje distinguem com seus nomes tradicionais as três torres secundárias. Assim, a que convizinha com a capela chamam, por tal motivo, Torre de S. João; a immediata (ângulo sul-poente), Torre dos Pandeiros, por haver em

protecção e refúgio de que toda a população local necessitaria, em caso de guerra. Era por certo, na época em que foi construído, um castelo *moderno*, sàbiamente preparado para tornar mais eficiente e menos penosa a difícil tarefa da sua guarnição, quer durante os longos cercos aconselhados pela estratégia medieval, quer na perigosa hora dos assaltos que tantas vezes se desencadeavam imprevisivelmente, por obra de traição ou «sagaçaria» dos inimigos. Em volta, outros muros ameaçados, os da barbacã, anteparavam ainda as torres e as quadrelas; e dentro, no meio da praça de armas, uma larga e profunda cisterna, com água perene, prevenia, ao uso da época, um dos tormentos que mais afligiam e não raro desmoralizavam as guarnições sitiadas, quando a duração dos assédios excedia certos limites.

A construção, assim principiada nos últimos anos do reinado de D. Afonso IV, deveu provavelmente a este soberano um considerável auxílio — moral e material. A defesa da sempre vulnerável e quase sempre ameaçada fronteira de Castela, que não estava muito distante, jamais deixou de preocupar os monarcas da sua dinastia. Seu filho D. Pedro, embora se não empenhasse em nenhuma acção guerreira contra os seus parentes e vizinhos de Leste, interveio também, de algum modo, no incremento ou, pelo menos, na orientação de determinados trabalhos. Estes, que só tinham progredido deveras depois de findos ou quase findos os do acastelado mosteiro da Flor da Rosa, ainda não se achavam concluídos em 1359, como se infere de uma carta dirigida em 27 de Maio desse mesmo

uma das suas paredes dois quadrados brancos, arabescados a vermelho, que se assemelham aos adufes usados na região; e à restante (ângulo poente-norte), Torre do Sanguinho, pela abundância com que nasciam e viçavam outrora, entre as suas pedras, as plantas conhecidas por tal nome.

ano (era de 1397), por aquele rei, a D. Álvaro Gonçalves Pereira, com o fim de lhe lembrar certas recomendações que alguns meses antes, em 4 de Janeiro, lhe transmitira, sobre a feição ou o curso das obras (1)

Durante a vida do fundador, parece que o Castelo de Amieira nunca foi chamado a participar de qualquer contenda armada mais ou menos grave. Durante a guerra travada entre o nosso fraco rei D. Fernando, que pretendia reinar também em Castela, e o seu poderoso opositor, D. Henrique de Trastámara, não há notícia de por ali terem passado as tropas invasoras deste último. Contudo, o prior D. Álvaro Gonçalves Pereira, apesar de ser já muito velho, não deixou por certo de conservar bem defendidas, enquanto durou a campanha, todas as fortalezas do Priorado, não só por fervor patriótico, mas também porque, tendo sido amigo pessoal, muito privado, de D. Pedro, o Cruel, rei de Castela, devia alimentar verdadeiro ódio contra aquele que o assassinara.

Já adiantado em anos quando mandara edificar o Castelo de Amieira, D. Álvaro Pereira sempre o extremara, com a mais fiel preferência, entre todos os edificios antigos e modernos da Ordem. No derradeiro período da sua longa vida, muitas vezes procurou ali a tranquilidade que talvez nem sempre encontrasse no seu alcáçar do Crato ou em contacto directo com os inquietos freires que viviam no mosteiro de Flor da Rosa. Foram muito repetidas, e sempre demoradas, as suas estâncias de repouso à sombra daquelas muralhas e daquelas torres que tinham nascido, anos antes, do seu «Fiat!» de Criador terreno. Diz-se que o filho, o grande Condestável, mais de uma vez o acompanhou,

(1) Cf. *Nova História Militar da Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores dela em Portugal*, por José Anastácio de Figueiredo — vol. III, pág. 9.

fugazmente, em algumas dessas ocasiões, e é certo que ali mesmo o viu morrer de morte natural, como um patriarca antigo, no dia em que, já nonagenário, «deu o espírito a quem lho tinha dado», como piedosamente, e em verso, escreveu Rodrigues Lobo, no *Condestabre de Portugal*.

Na guerra suscitada, após o falecimento de D. Fernando, entre os partidários do Mestre de Aviz e os da rainha de Castela, D. Beatriz, filha do defunto monarca português, o Castelo de Amieira, assim como os demais da Ordem do Hospital, tomou voz pela pretendente de além fronteiras, considerada legítima herdeira do trono, por ser essa a orientação política adoptada pelo prior D. Pedro Álvares Pereira, filho primogénito e sucessor de D. Álvaro. Mas, pouco depois da batalha de Atouros, em Maio de 1384, já defendia, por influência de Nun'Álvares, adversário de seu irmão, a causa do Mestre de Aviz.

Terminado esse período de agitação, para sempre memorável, só depois de decorrido mais de meio século sofreu o Castelo um cerco formal, que foi, segundo se crê, o primeiro da sua história militar. Corria então o ano de 1440, e achavam-se extremamente exarcebadas as dissensões entre a rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, e seu cunhado, o Infante D. Pedro, regente do Reino. Dócil instrumento das ambições do velho Conde de Barcelos e demais intrigantes da mesma facção, a mãe de D. Afonso V, que nascera princesa de Aragão, concebeu o propósito de fazer intervir a seu favor, nesse pleito de família, o poder militar de Castela, onde seus irmãos dominavam. Com tal intento, principiou por se retirar furtivamente para o Crato, depois de obtida a cumplicidade do prior Nuno de Góis, que no lance prometera recebê-la e defendê-la.

Conhecendo o perigoso intento da cunhada, D. Pedro, o regente, logo cuidou de se precaver contra a possível incursão de quaisquer tropas estrangeiras naquela zona fronteira.

A ocupação dos principais castelos do Priorado, já em declarada rebeldia, foi imediatamente ordenada. E assim enquanto D. Lopo de Almeida marchava contra o de Belver e o Infante D. João contra o do Crato, foi o mais famoso cavaleiro daquele tempo, D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, quem acometeu o Castelo de Amieira. A gente de armas que acompanhou em tal empresa o grande amigo de D. Pedro, era «muita e mui bem concertada», conforme esclarece Rui de Pina, em o capítulo LXX da *Crónica de El-Rei D. Afonso V.* D. Álvaro de Almada provera-se (nota ainda o mesmo cronista) «com as artilharias e provisões que para o cerco convinham, e todo posto em mui segura e singular ordenança, fazendo-o assim como homem que o vira e passara em outros reinos, já muitas vezes».

Nesse imprevisto cerco, embora não ocorressem «cousas assinadas para escrever», houve todavia, creu Rui de Pina, «algumas cousas de agoiro». — Quais? A primeira foi o triplo assalto de uma águia a certo ninho de cegonhas existente «sobre as casas do Prior», no Castelo, quando começou o cerco. Como a águia, nas três investidas de tal assalto, apresou primeiro «dois cegonhos novos» e por fim o próprio chefe da ninhada, não duvidou o famoso historiador quatrocentista de que tão estranha ocorrência, naquele momento, fosse «para a perdição do Prior (Nuno de Góis) e dos filhos» um «triste prognóstico». A segunda «cousa de agoiro» consistiu em que o projectil de um tiro de quartão da «artilharia» dos sitiantes, acertando no escudo de armas do Prior, colocado sobre a porta da fortaleza, o despegou, sem o partir, das mãos de dois anjos de pedra que ali o sustinham, lançando-o inteiro no chão, onde afinal se despedaçou (1).

(1) Estes curiosos pormenores são relatados na *Crónica El-Rei D. Afonso V.*, já citada, cap. LXXI.



O cerco foi breve, como se esperava; e o mesmo aconteceu nos demais castelos do Priorado, então acometidos. Nenhum, em verdade, opôs demorada resistência. A fuga da rainha, dos áulicos, que a acompanhavam, e do Prior Nuno de Góis para a cidade castelhana de Albuquerque, permitiu o rápido restabelecimento da antiga paz em todos os domínios da Ordem. O Castelo de Amieira, entregue então à guarda de Pedro Rodrigues de Castro, não foi obrigado a intervir de novo na contenda; e essa feliz inactividade bélica prolongou-se ainda, ao longo de muitos anos, nos reinados que se seguiram. Só o Tempo, inimigo irreductível de todas as obras humanas, acometeu — sem grandes danos, cumpre dizê-lo — o poderoso arcabouço do gigante. Contudo, há notícia de diversos trabalhos de reparação empreendidos em alguns dos seus muros durante reinado de D. João II, e ainda de outros, mais importantes, ordenados por D. Manuel em 1515. D. João III, sempre bem-avindo com Castela (tal como seu pai), não julgou por certo de utilidade alguma, para segurança do seu trono, a conservação dessa fortaleza longínqua; deixou-a exclusivamente à guarda de seu irmão, o Infante D. Luís, para o qual obteve, com a protecção do papa Clemente VII, o priorado do Crato. Mas nem esse príncipe, nem seu filho D. António, o efémero rei de 1580, a beneficiaram com quaisquer reparações de vulto, segundo parece.

Em 1641, quando começou a guerra da restauração, ali devia ter ido, sem dúvida, o engenheiro-jesuíta Cosmander, a quem D. João IV confiou credulamente, naquele tempo, a missão de preparar, para a grande luta que se esperava, todas as fortalezas no Reino; entretanto, se algumas obras se efectuaram então, é certo que nem no Castelo, nem na tradição local, ficou memória de tal facto. Já nos últimos anos da mesma guerra, em 1662, pouco antes da gloriosa Batalha do Ameixial, D. João

de Austria, tendo invadido aquella região, arrasou o Crato, destruindo bárbaramente, não só as edificações e os monumentos da vila, mas também todo o arquivo do Priorado, que era muito importante; contudo, encarniçado em tão selvática obra de subversão (a que talvez não fosse estranha a lembrança de ter ali dominado o infeliz D. António, principal inimigo dinástico de seu bisavô, Filipe II de Espanha), não atingiu com os seus excessos de vândalo a vila ou o Castelo de Amieira.

Data porventura dessa época a construção de várias casas de habitação no interior do Castelo. Buscando ali refúgio, com receio das atrocidades do invasor castelhano, o povo local foi provavelmente autorizado a improvisar, dentro das muralhas, os abrigos de que carecia. A ocupação dessas casas, embora prolongada talvez por negligência ou comodidade, não excedeu por certo os limites do século XVII, pois consta de uma obra impressa em 1747 ⁽¹⁾ que todas se achavam já abandonadas e quase destruídas naquela época.

No meado do século XVIII, apesar de se manter sempre firme nos seus poderosos alicerces, o velho Castelo de D. Álvaro Pereira já começava a deixar-se vencer pela acção consumptiva do tempo. Da informação prestada em 1759 pelo pároco da vila, João Ferreira da Rocha, em um inquérito ordenado pelo Marquês de Pombal, com o fim de conhecer os estragos causados pelo terremoto de 1755, infere-se que já então era notada com alguma inquietação a decadência do edificio. Sem embargo disso, porém, não há segura notícia de quaisquer providências superiormente adoptadas para eficaz remédio do mal. Apenas se sabe que o Conde de Aveiras,

⁽¹⁾ *Diccionario Geográfico ou Noticia Histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias, rios, ribeiros e serras dos reinos de Portugal e Algarves*, pelo Padre Luis Cardoso.

D. Duarte da Câmara, tendo obtido em 1724, do Infante D. Francisco, então Prior do Crato, a alcaidaria-mor de Amieira, empreendeu por diversas vezes algumas benfeitorias, entre as quais se pode incluir talvez uma oportuna reparação da torre de menagem, em cujos muros havia deixado várias fendas, segundo parece, o violento sismo que arrasou Lisboa.

Depois, no extenso período que sobreveio e se prolongou até os nossos dias, o Castelo de Amieira foi, a bem dizer, abandonado à sua sorte. — Datará acaso dessa época a invasão e apropriação, por diversos intrusos, de toda a parte da fortaleza, compreendida entre as muralhas principais e as da barbacã? É legítimo acreditá-lo, visto constar da «informação» de 1759, a que já aludimos, que «dentro da barbacã» apenas havia, ao tempo, algumas árvores de fruto. — A que se deve tal facto? Como e por que se permitiu a acumulação, em tão impróprio lugar, de tudo quanto lá se encontrou agora: casebres de moradia, estábulos, pocilgas, logradouros domésticos de toda a espécie, onde animais e criaturas humanas viviam quase a mesma vida? A responsabilidade de tão estranha concessão caberá exclusivamente aos últimos alcaides-menores (que outrora substituíam os verdadeiros alcaides, sempre ausentes) ou aos administradores da Junta de Freguesia, que depois sucederam áqueles na posse do domínio útil do Castelo? Talvez a uns e a outros. Em 1923, pouco depois de haver transitado para o Ministério da Guerra a posse efectiva do Castelo, por efeito do Decreto que no ano anterior o havia classificado «monumento militar», a Junta de Freguesia de Amieira obteve do mesmo Ministério um contrato de arrendamento que lhe permitiu a continuação do usufruto do edifício (que até então possuía sem nenhum ónus), mediante o pagamento da renda anual de seis escudos. Esta circunstância, por si só, confirma de certo modo a suposição de que os adminis-

tradores da Junta — e antes deles os alcaides-menores — haviam estabelecido o costume de arrendar a ocasionais pretendentes o resguardado terreno de barbacã. Assim se compreende que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, quando iniciou as obras de restauração, reconhecesse a necessidade de resgatar transigentemente aquele terreno, em verdade semi-aliado, para que o monumento pudesse recuperar a sua independência total. Durante os ingratos e múltiplos trabalhos da desobstrução ali realizados, acharam-se os muros da barbacã já quase desfeitos — ou por infiltrações de água, nunca evitadas nem detidas, ou pelas obras de «arrumação» efectuadas sem nenhum comedimento em diversas épocas.

A transformação da praça de armas em cemitério, decidida pelos «arcontes» da vila, tal como em Belver, quando a lei de 1846 proibiu os enterramentos nas igrejas e nos adros paroquiais, foi sem dúvida um acto de incompreensão e até de irreverência, apenas atenuado pelo ambiente político da época; há, porém, quem lhe atribua a virtude de haver concorrido, em tal conjuntura, para preservar o interior do Castelo de outras intrusões ainda piores. Foi realmente com tal intento (diz-se ainda) que a advogaram então os principais habitantes do lugar — circunstância que, aliás, talvez seja confirmada pela resolução a que se deve o entaipamento da porta que na frontaria do Castelo dava acesso àquela parte do monumento. Efectivamente, desde então, só através da capela de S. João foi possível a entrada no cemitério ou no próprio Castelo.

Assim, durante muitos anos, tanto no século actual como no anterior, essa capela erigida em honra do padroeiro da Ordem do Hospital, constituiu deveras, fiel à sua tradição monástica, a verdadeira portaria da fortaleza do prior D. Álvaro Pereira. — Foi também este quem a mandou construir? Não, por certo, embora alguém o tenha acreditado e afirmado.

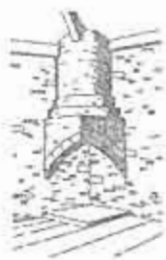
É menor a sua antiguidade. — Quando foi edificada, então? Quem a edificou? A data de 1566, esculpida na verga da porta, é indicação bastante para nos sugerir uma conjectura, que pode ser errada, mas não sem fundamento. Nesse tempo, regia o priorado do Crato o futuro pretendente à Coroa, D. António, filho do Infante D. Luís. Pode portanto supor-se que foi ele — ou, menos provavelmente, algum alcaide-mor de sua nomeação — quem empreendeu tal obra. — Mas, construída então, com a sua feição actual, substituiria outra, mais antiga, erigida pelo pai do Condestável? Abalançar-se-ia este a construir fora das muralhas o «oratório do paço dos Priores», como chama a esse tempozinho uma antiga memória? Ninguém por certo o acreditará. Sem dúvida alguma, durante as suas repetidas estâncias na Amieira, o famoso prelado nunca devia ter deixado de acudir às suas necessidades ou obrigações espirituais em adequado santuário doméstico; mas a este, só dentro do recinto fortificado, ao abrigo dos azares da guerra, poderia em verdade situá-lo. Talvez a primitiva capela fosse uma das construções que se diz terem existido outrora na praça de armas, junto da muralha que corre entre a Torre de Menagem e a Torre de S. João. Em todo o caso, a capela que hoje existe, apesar de nascida somente no século XVI, acha-se de tal modo integrada no ambiente histórico e tradicional do monumento, que não podia ser excluída dos benefícios da restauração últimamente realizada.

Livre dos males que durante tanto tempo o humilharam, o Castelo de Amieira readquiriu a independência de senhor soberano com que soube enobrecê-lo o fundador, valoroso paladino da sua Fé e da sua Pátria, digno pai daquele a quem, no sombrio ocaso da primeira dinastia dos nossos reis, ficamos devendo a salvação da nacionalidade. Estes factos e as tradições que lhes dão relevo, dentro e fora da história do Priorado

do Crato, suprem sem desvantagem o que possa parecer minguada de acção, de serviços heróicos ou de glória, na própria história militar do Castelo. Certo, além do breve cerco imposto em 1441, à sua guarnição, por D. Álvaro Vaz de Almiada, como já referimos, nunca o Destino lhe ofereceu, em verdade, outro ensejo de experimentar a resistência daqueles muros alterosos ou das torres que os fortificam; mas essa boa ou má fortuna, mera obra de acaso, não basta para diminuir a sua importância ou desmentir o seu valor. Mais de uma vez a sombra das suas poderosas fortificações devia ter alentado, em ocasiões de perigo, a população da vila e das cercanias, ou até, porventura, os que, ao serviço da Pátria, tanta vez defenderam de incursões inimigas a vizinha fronteira. Sentinela poupada por imprevistos favores da Sorte aos perigos e sacrifícios das grandes pelejas, nem por isso deixou de exercer a missão de vigilância que lhe incumbia — e hoje, ainda firme nos seus alicerces seis vezes seculares, fala com orgulho e verdade dos Portugueses de outrora, nossos avós e nossos mestres, a quem devemos a lição de energia que nos ensinou a manter sempre, íntegra e indominada, a nossa personalidade entre os demais reinos da velha Espanha.

Há um século, alguém (A. Herculano) ergueu a voz para lembrar aos demolidores que os monumentos militares ou religiosos deviam ser cuidadosamente conservados, por serem «uma tradição viva, muitas vezes uma recordação gloriosa e sempre uma prova histórica». Em frente da velha fortaleza de Amieira (irmã e companheira de infância do grande Condestável) podem ser meditados com proveito os sadios conceitos que tais palavras encerram. De facto, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, restituindo agora ao famoso Castelo a feição e a força de outrora, tornou mais viva uma tradição que já se estava apagando, despertou uma recordação plena

de recordações de glória, e firmou sôlidamente uma «prova histórica» de real valor, que enobrece Portugal. Assim, nenhuma das três virtudes que mais valorizam os grandes monumentos, segundo o nosso primeiro historiador, deixou de ser exaltada e honrada, como cumpria, pela restauração que acaba de efectuar-se.



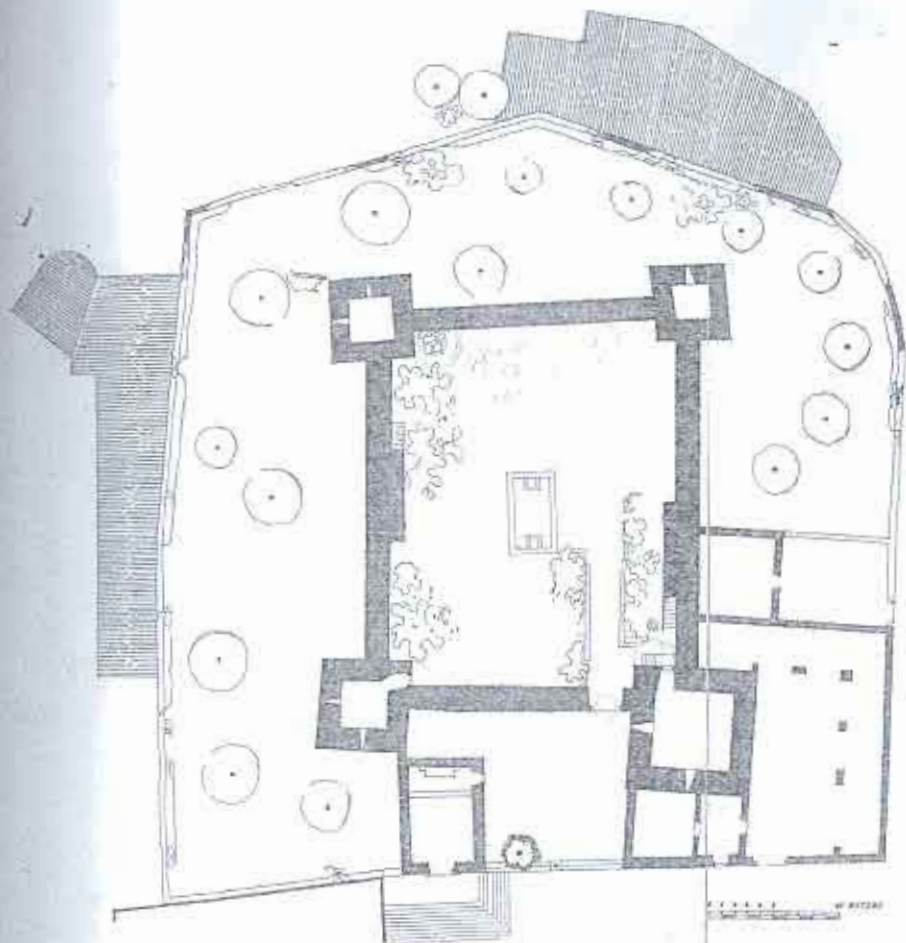


Fig. 2 — Castelo de Amieira — Planta no nível das entradas antes das obras.

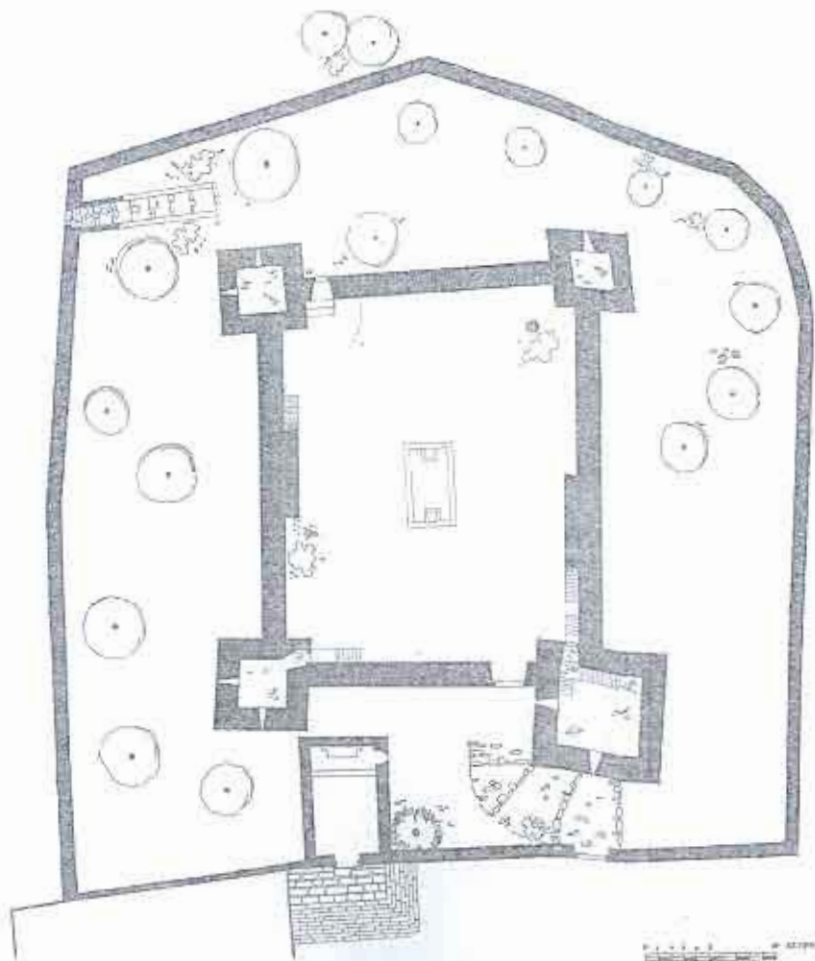


Fig. 3 - Castelo de Ametla - A mesma planta depois das obras.

O. G. E. M. N.

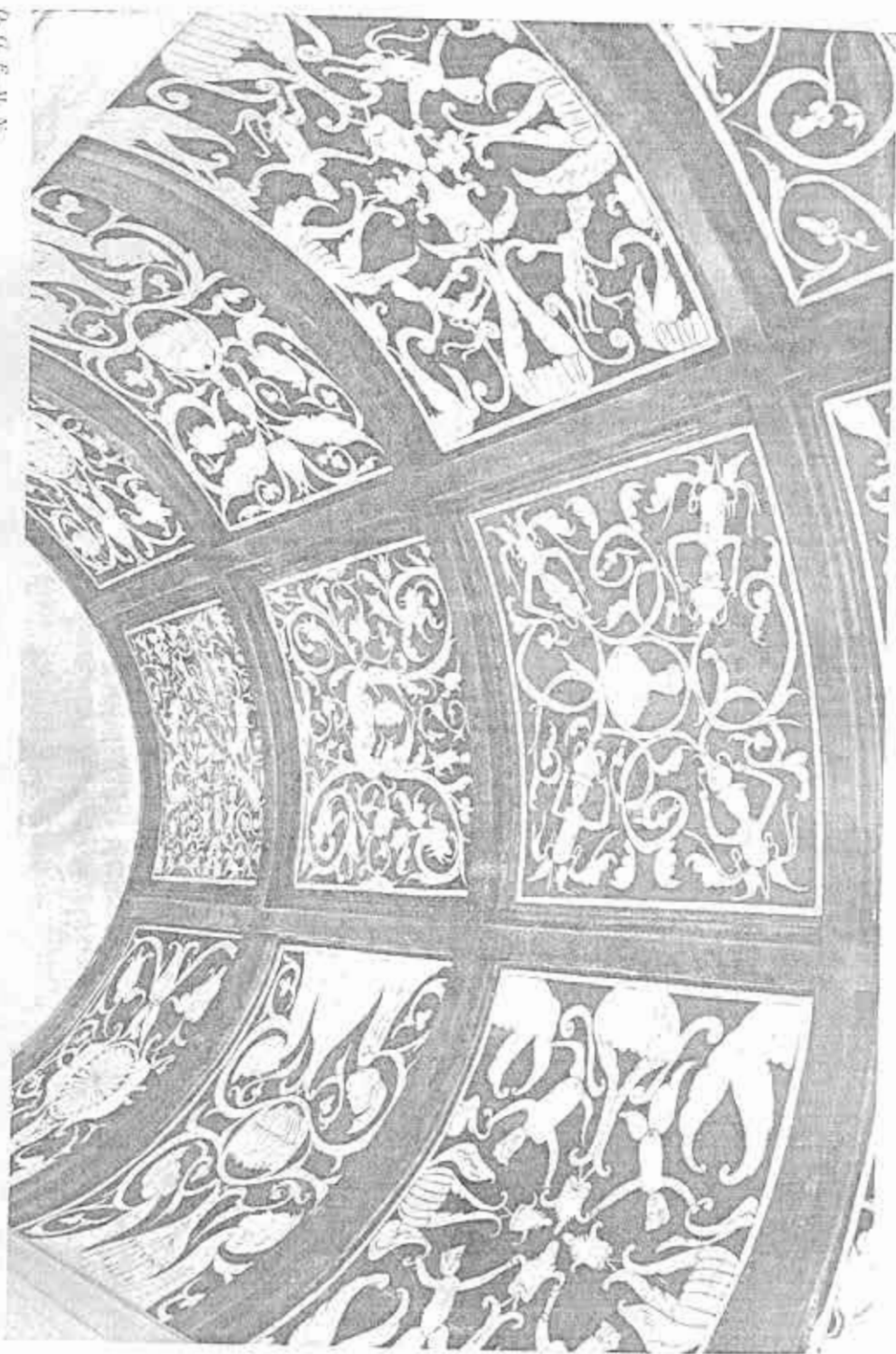


Fig. 38 — Castelo de Amieira — A mesma abóbada no seu estado actual.

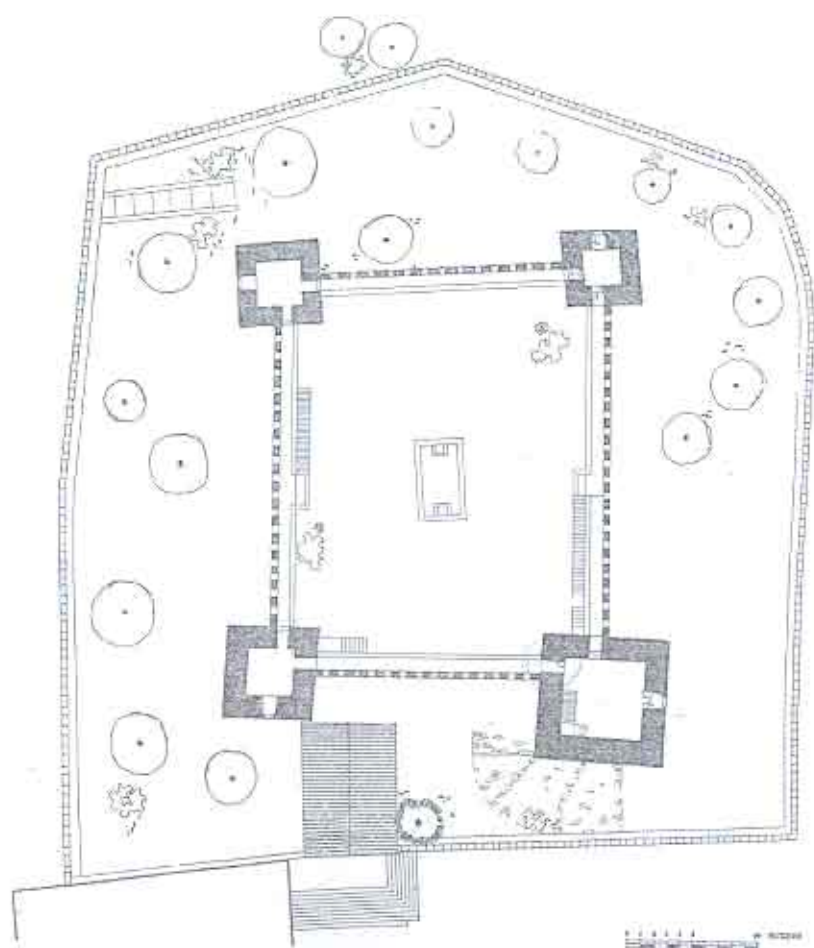


Fig. 4 — Castelo de Amieira — Planta no nível dos adarves antes das obras.

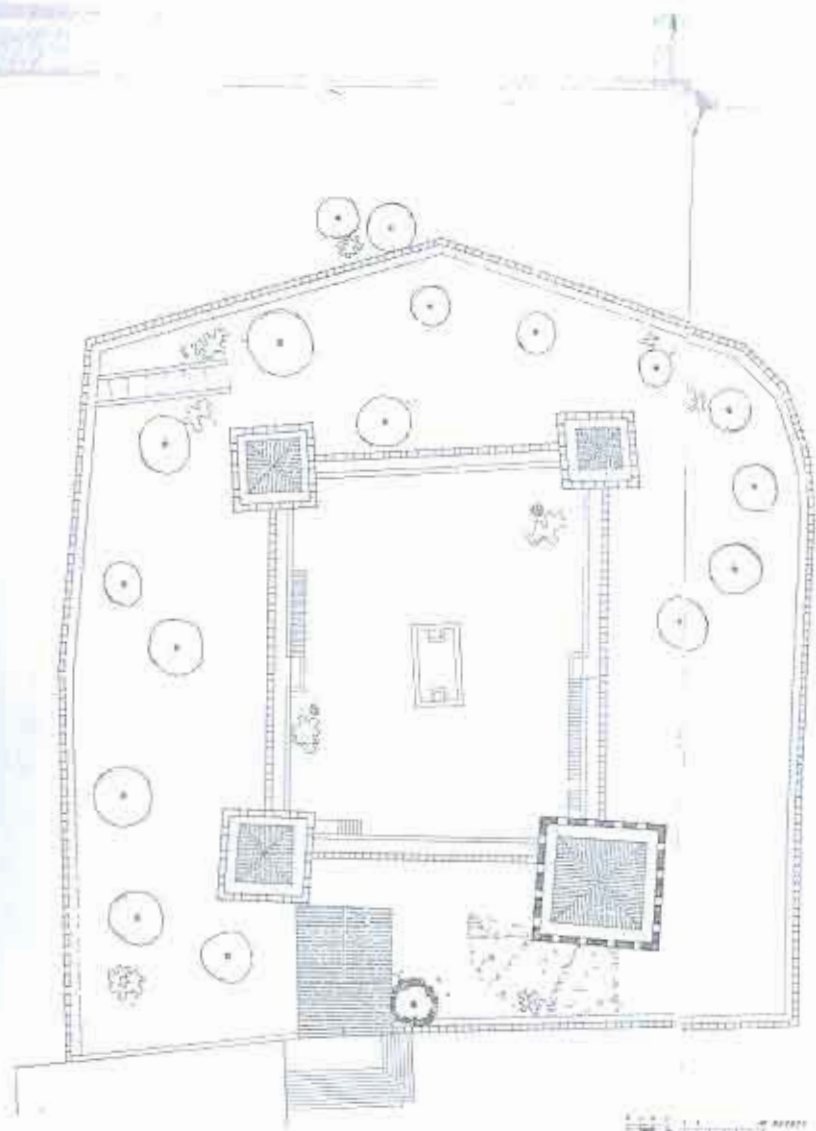


Fig. 3 — Bastela de Amleira — Planta superior no seu estado actual.

CASTELO DE AMIEIRA

I

ANTES RESTAURAÇÃO

SEM ter sido duramente sacrificado no decurso de algumas das ferinas guerras que eram tão frequentes na época da sua fundação, o Castelo de Amieira pôde afrontar com invejável fortuna, ajudado pelo considerável remanescente de energias que a sua actividade militar não consumiu, outras guerras também devastadoras, as do Tempo, e chegar aos nossos dias quase imune das graves lesões que são vulgares em monumentos de tamanha idade. Certo, os males do envelhecimento, sempre inevitáveis, não o pouparam inteiramente; em todo o caso, entre os danos que sofreu no seu corpo principal, não se encontrou um só que deveras e sem remédio o ferisse na sua poderosa estrutura ou lhe alterasse de qualquer modo a feição primitiva. Por isso, nunca sofreu também dos seus senhores naturais — primeiro, os velhos priores do Crato, depois os alcaides-mores — alguns daqueles agravos (verdadeiros agravos de bem-fazer) que tantas vezes resultavam do empenho com que pretendiam beneficiar as antigas construções em decadência os homens a quem incumbia a sua conservação. De certa maneira, com algumas restrições, pode talvez

afirmar-se que a notável fortaleza alentejana se acha ainda hoje tal como foi construída, sem nenhuma das deformações que a ruína sempre causa, e até quase sem ruína — se com esta palavra quisermos exprimir as grandes fracturas murais ou as derrocadas que de ordinário desafeioam, quando não inutilizam, os edificios monumentais longamente desvalidos do indispensável amparo.

A obra do Tempo, embora agravada, aquém de certa época, por falta de oportuna e inteligente defesa, não ocasionou ali, de facto, estragos superiores aos que comunmente se notam em construções de igual ou maior idade. Entre os mais graves, conta-se um, denunciado certo dia pelo aparecimento de algumas fendas na Torre de Menagem. Muito anterior ao nosso tempo, visto que deve datar do século XVIII, essa lesão foi então atalhada por meio de uma forte camada de argamassa — grosseiro penso curativo que, desfigurando embora a parede ofendida, contribuiu sem dúvida para demorar o agravamento do mal e evitar assim uma catástrofe que, sem tal obra, se teria provavelmente produzido muito antes dos nossos dias. Como esse reboco não podia ser conservado sem prejuízo do decoro estético do monumento, logo se resolveu eliminá-lo; e hoje, após a reparação total de que carecia, a Torre de Menagem recuperou toda a antiga solidez e também, sem nenhuma mácula notável, o primitivo aspecto.

Em alguns panos das muralhas principais, havia pequenas destruições — umas já consumadas, outras ainda em início, prestes a alargarem a obra de ruína que a mingua de providências reparadoras tinha favorecido. A todos esses males se acudiu prontamente, como convinha, com trabalhos de reconstrução ou simples consolidação — que abrangeram não só os muros propriamente ditos, seus parapeitos e ameias, mas também os respectivos adarves.

No interior das torres, nenhum pavimento subsistia. Dos telhados nem sequer meros vestígios restavam também. Era grande, por isso, em toda a parte, a acumulação de entulhos — entulhos que se podem crer seculares, visto constar da «informação» do ano de 1759, a que aludimos no capítulo anterior, que já então as torres «não tinham sobrados nem telhados». Mas, finalmente, depois de longos e nem sempre fáceis trabalhos de desobstrução, todos esses pequenos monumentos do grande monumento viram o fim do seu caos interior; e, restabelecidos os pavimentos e os telhados que lhes faltavam, acham-se agora completos e válidos, como o fundador os devia ter deixado, quando ali faleceu, há mais de meio milénio.

Nos muros da barbacã, por efeito da «ocupação» a que anteriormente nos referimos, eram mais extensos e profundos os danos que se verificaram após a demolição dos vários casebres que ali, no amplo espaço intermural, se haviam acumulado. Assim, toda ou quase toda aquela parte do Castelo, corroida por copiosas infiltrações de água ou desagregada por mutilações de maior ou menor gravidade, não valia muito mais que um montão de entulho e pedras negras — estas fracturadas e já mal equilibradas sobre os possantes alicerces medievais. Os trabalhos de reconstrução dessa segunda cerca da fortaleza, empreendidos logo que se conseguiu libertá-la da humilhante servidão que lhe fora imposta, prolongaram-se por isso durante bastante tempo. As portas primitivas, que tinham desaparecido, foram afinal reconstituídas, como cumpria, no lugar próprio, depois de se haverem descoberto entre os destroços gerais algumas das cantarias que as compunham.

De igual modo e com idênticos elementos, se procedeu à reconstituição de algumas portas da praça de armas, que se encontraram também muito arruinadas. Destas últimas, pode

exceptuar-se a que se abria para o exterior, na muralha do poente — a chamada «porta da traição», que nunca faltava nas nossas antigas fortalezas. Essa, com as suas duplas cantarias faciais quase ilesas, achava-se apenas semi-entaipada; o entulho acumulado naquele recanto do recinto interior (talvez por efeito das obras de adaptação do cemitério paroquial) tanto e de tal modo subira que, prestes a atingir ali a padieira da porta, havia tornado necessário o entaipamento parcial da parte externa (1).

Demorado também foi o trabalho da remoção das sepulturas e pequenas obras funerárias que obstruíam todo o chão livre do Castelo — e não só o que as muralhas principais abrigavam. De facto, o «campo santo» ali improvisado não dominava somente a esplanada interior; abrangia ainda uma parte do terreno compreendido entre a frontaria do monumento e a respectiva barbacã. Aí além de outras obras de menor vulto, foi necessário apear dois grandes jazigos construídos junto da capela.

No centro do resguardado chão da praça de armas (o «pátio», como lhe chamam alguns velhos escritos) havia, desde o tempo da fundação, uma larga e profunda cisterna. Abandonada, após uma sumária reparação efectuada, segundo parece, em 1914, achava-se consideravelmente arruinada e já incapaz de conservar a água que permanentemente a abastece. Os cuidados especiais com que se procurou evitar o aluimento de tão útil e característica construção permitiram salvá-la, sem nenhuma deficiência notável; e hoje, como outrora, a velha cisterna do Castelo de Amieira conserva outra vez, com limpidez e relativa pureza, a farta água potável do seu manancial.

(1) Adiante, as figuras 35 e 35 reproduzem este duplo aspecto fixado pela fotografia.

Na capela exterior, que não podia deixar de ser abrangida pelas obras da restauração, como já notamos, foram também numerosos e de diversa natureza os trabalhos executados. Era de facto lamentável o estado em que se encontrou. Sob o telhado semi-desfeito, com a abóbada fendida e já privada, em grande parte, dos seus curiosos esgrafitos, a pequena ermida definhava-se, como todo o castelo, em completo abandono, sem que a recomendassem à comiseração dos devotos do lugar os serviços que lhes prestava como guardiã e principal cristianizadora do cemitério comum. O próprio altar, desequilibrado, desconjuntado, achava-se em risco de desabamento; e nem a porta exterior, com as almofadas rotas e as couceiras apodrecidas, lhe garantia sequer o seguro e decoroso resguardo de que carecia. Impunha-se, portanto, uma reparação geral, não só em homenagem às tradições da construção, há muito associadas às do Castelo, mas também pelo dever de dignificar o culto que ali continuava a praticar-se. Assim, reconstruído o telhado e consolidada a abóbada (cujas características pinturas decorativas foram cuidadosamente completadas) procedeu-se à recomposição de todo o interior do templo, e nada foi esquecido no esforço de lhe restituir o necessário asseio estético e cultual. No único altar, já firme e discretamente beneficiado, a imagem de pedra do padroeiro, S. João Baptista (reliquia da era de Quinhentos, segundos se crê), recebe agora sem humilhação nem perigo as súplicas ou as confidências do povo local; as paredes internas e externas, reconstituídos os antigos rebocos, perderam o aspecto andrajoso que desprestigiava todo o edificio; e o novo pavimento de tijolo, de que todo o recinto foi revestido, completou por fim a pequena-grande obra de reabilitação ali realizada.

Como se vê, tudo quanto se fez para honrar directa e indirectamente o grande Castelo edificado pelo pai do «Con-

destabre» não demandou verdadeiramente estudos ou trabalhos de considerável dificuldade. Foi sobretudo, uma obra de reaquecimento — e também, a bem dizer, de reaquisição, pois o monumento, além de amesquinhadó pelos rigores do Destino, que acabara por convertê-lo em uma cidadela de mortos, também de certo modo podia considerar-se usurpado à Nação por uma obscura colónia de vivos: a dos que ocuparam e utilizaram, com liberdade de senhores, algumas das suas dependências. A *restauração moral*, assim conseguida, foi em verdade quase tão importante como a restauração material — e não menos necessária do que esta.

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não revigorou, de facto, um edifício doente e prestes a perder, com a sua resistência de colosso, todo o nobre pecúlio das suas tradições históricas. Sobre a porta reconstituída da velha fortaleza poderia hoje esculpir-se o escudo das Quinas a par da cruz de oito pontas dos Hospitalários de S. João de Jerusalém. O Castelo de Amieira tornou-se outra vez digno da Pátria a que pertence e da grande Ordem militar que a fundou — Pátria e Ordem que nasceram quase ao mesmo tempo e tiveram, durante alguns séculos, dentro das nossas fronteiras, quase a mesma história.



AS OBRAS DA RESTAURAÇÃO

TENDO resistido sem nenhuma lesão notável à acção demolidora do Tempo, durante os seis séculos da sua existência histórica, conforme já observamos nos capítulos anteriores, o Castelo de Amieira teve também a rara fortuna de sobreviver, ileso de mutilações graves, aos vários homens que conheceu — quer os que, como inimigos, o combateram, quer os que, como amigos, o protegeram e acaso velaram pela sua conservação. Assim, depois de ter envelhecido quase sempre longe dos sobressaltos e dos perigos da guerra, chegou aos nossos dias bem firme e enraizado na terra portuguesa do Alentejo, sem nenhuma alteração deformadora na sua traça original ou até no seu aspecto exterior. Deste modo, os trabalhos da restauração tenderam principalmente a restituir ao monumento o que pouco a pouco lhe fora arrebatado: a sua independência, o direito de ser respeitado, e ainda a integridade estrutural necessária para manter com dignidade, imperiosamente, esse direito. Foi para tal se conseguir, como afinal se

conseguiu, que se realizaram, entre outras de menor vulto, as obras seguintes :

I — Demolição de várias casas térreas que se haviam construído junto da Torre de Menagem e da muralha da barbacã, e que para tal fim foram devidamente expropriadas.

II — Demolição, na praça de armas, de diversos muretes contruídos quando naquela parte do Castelo se estabeleceu o cemitério local.

III — Demolição de jazigos particulares edificados junto à fachada lateral da capela.

IV — Consolidação e reconstrução de alguns panos de muralha que ameaçavam ruir.

V — Desentulho do pavimento térreo da Torre de Menagem, até ao primitivo nível.

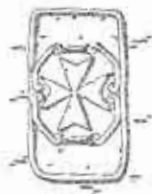
VI — Reconstituição das portas da barbacã e da praça de armas, segundo as cantarias e os demais elementos que entre os destroços se encontraram.

VII — Construção do adarve da barbacã, em conformidade com os vestígios existentes.

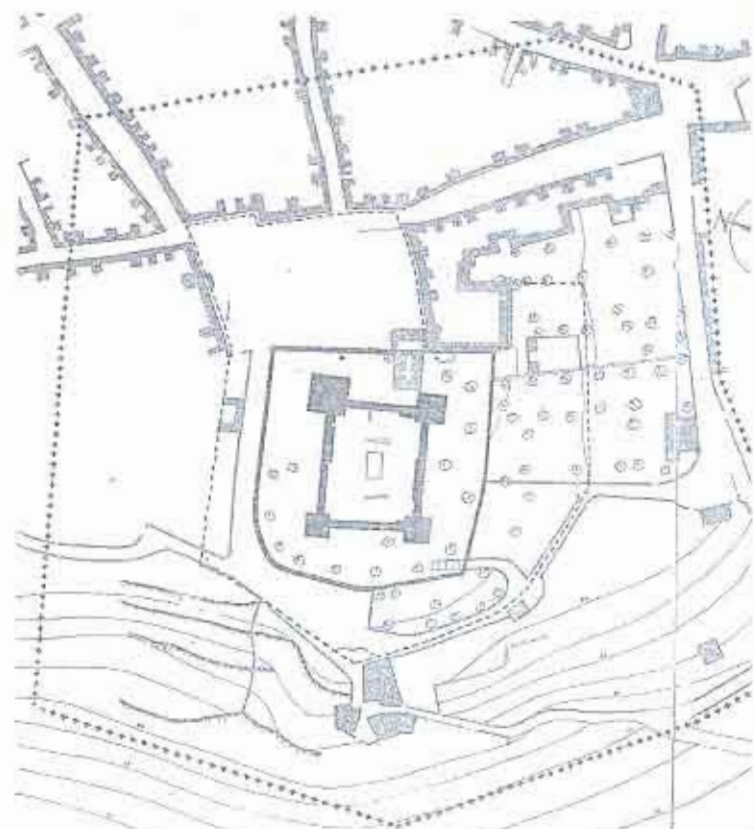
VIII — Demolição da placa de betão que recobria parte da Torre de Menagem.

IX — Construção dos pavimentos que faltavam em todas as torres.

- X — Construção dos telhados das mesmas torres.
- XI — Construção da porta de entrada do Castelo e de portas e caixilhos para a Torre de Menagem.
- XII — Reconstrução do telhado da capela e consolidação da respectiva abóbada.
- XIII — Reconstrução dos rebocos interiores e exteriores da mesma capela.
- XIV — Desentulho e reparação geral da cisterna.
- XV — Consolidação e restauro dos esgrafitos da abóbada da capela.
- XVI — Consolidação do altar da capela.
- XVII — Reconstrução do pavimento de tijolo da capela.



DESENHOS



LIMITE DA ZONA DE PROTEÇÃO
 ÁREA VEDADA À CONSTRUÇÃO - - - - -

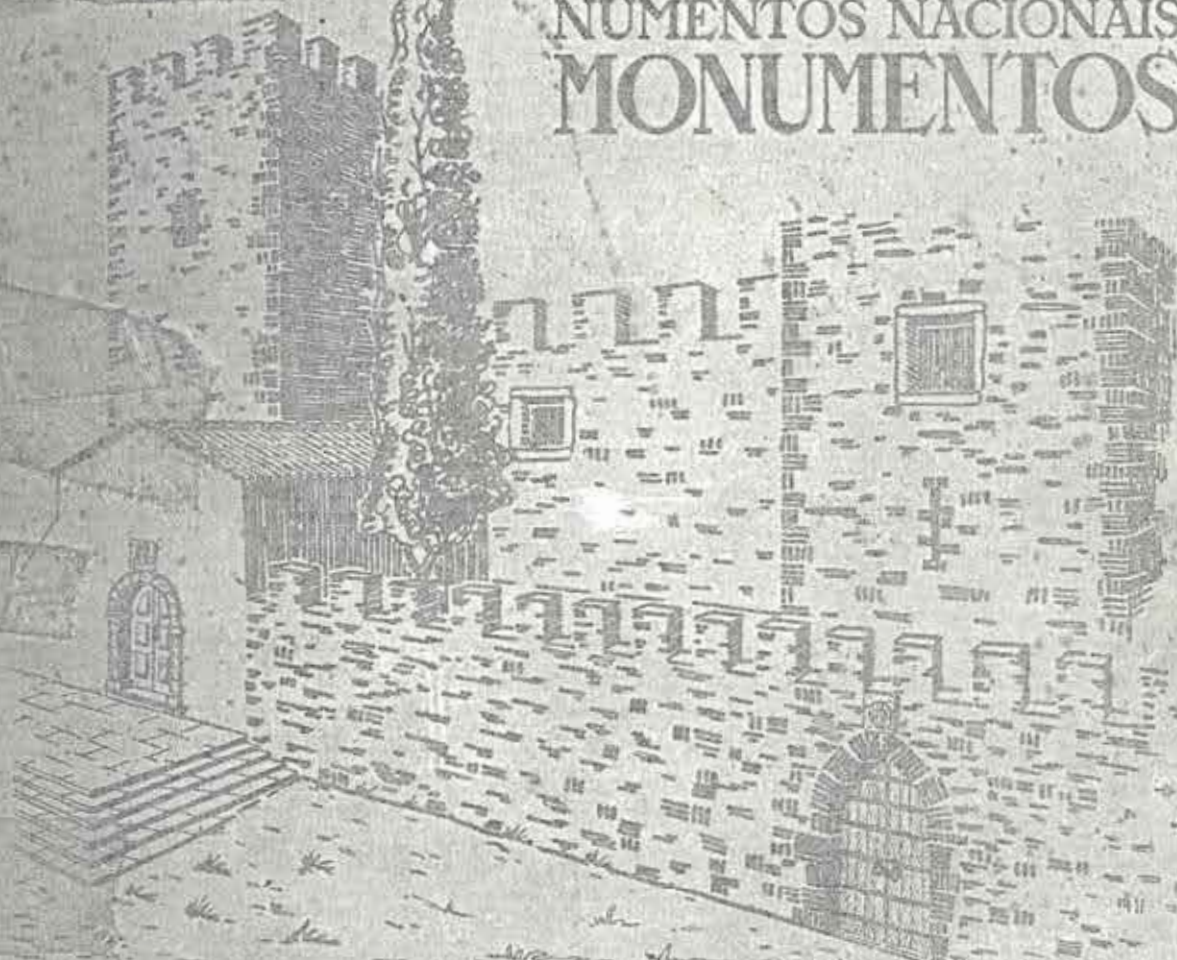


Fig. 1 — Castelo de Amieira — Planta topográfica com indicação da zona de protecção.
 (Publicada no «Diário do Governo» n.º 266, 2.ª série, de 16-XI-1949).

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS

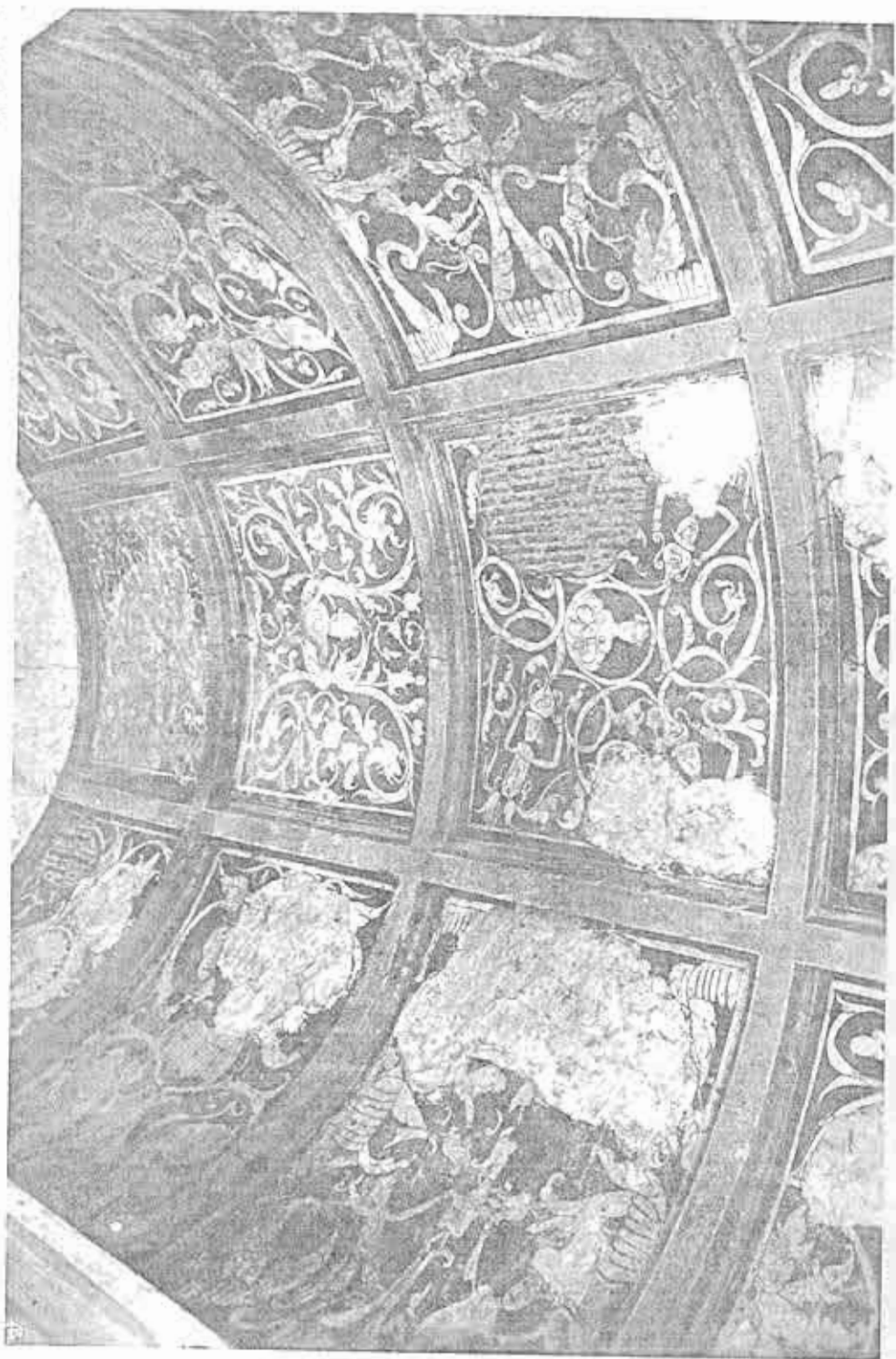


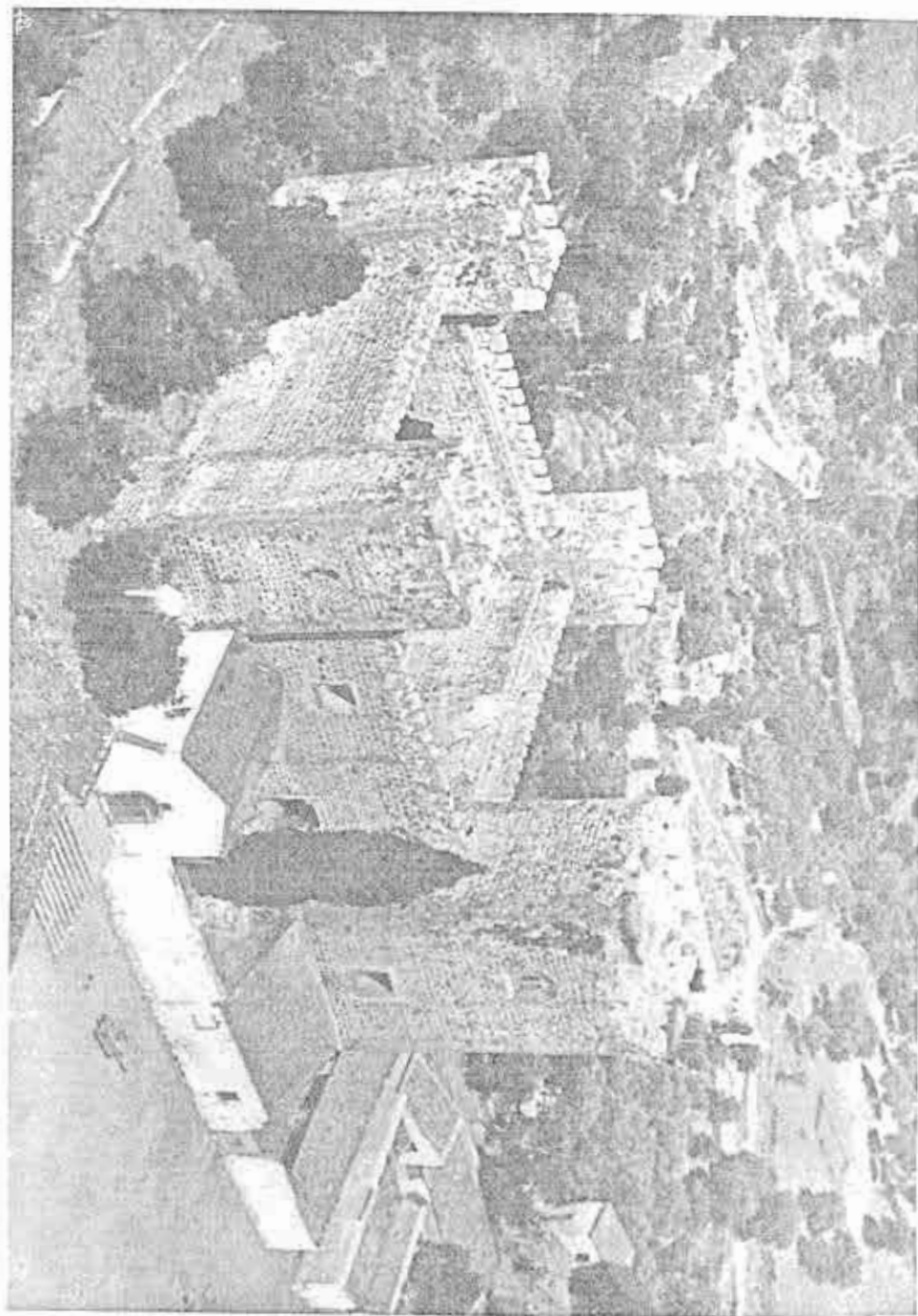
BOLETIM
DA DIRECCAO GERAL
DOS EDIFICIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS
MONUMENTOS



CASTELO DE AMIEIRA
SETEMBRO DE 1950 61

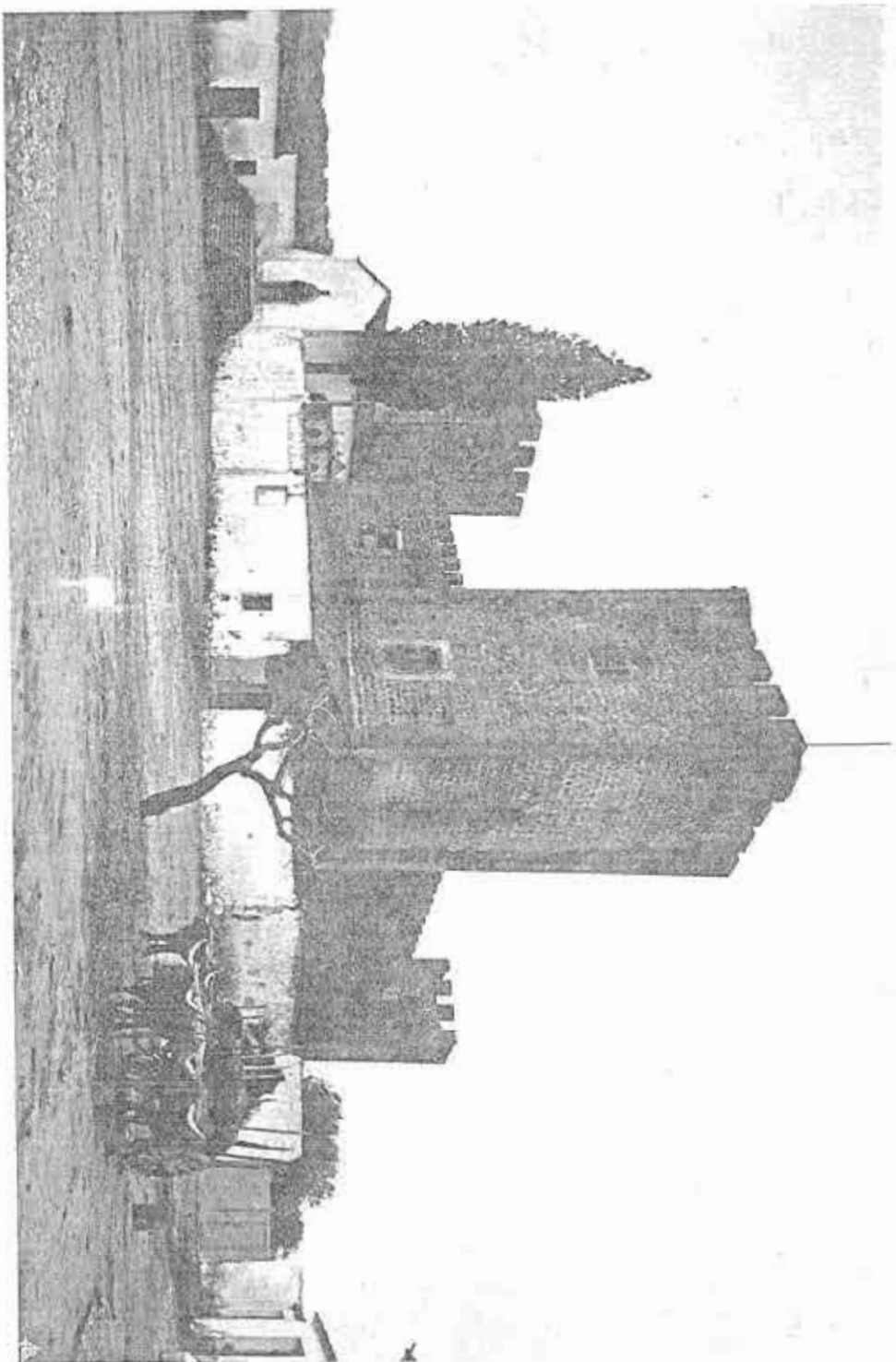
Fig. 37 — Castelo de Amieira — Abóbada da capela do Castelo antes das obras.





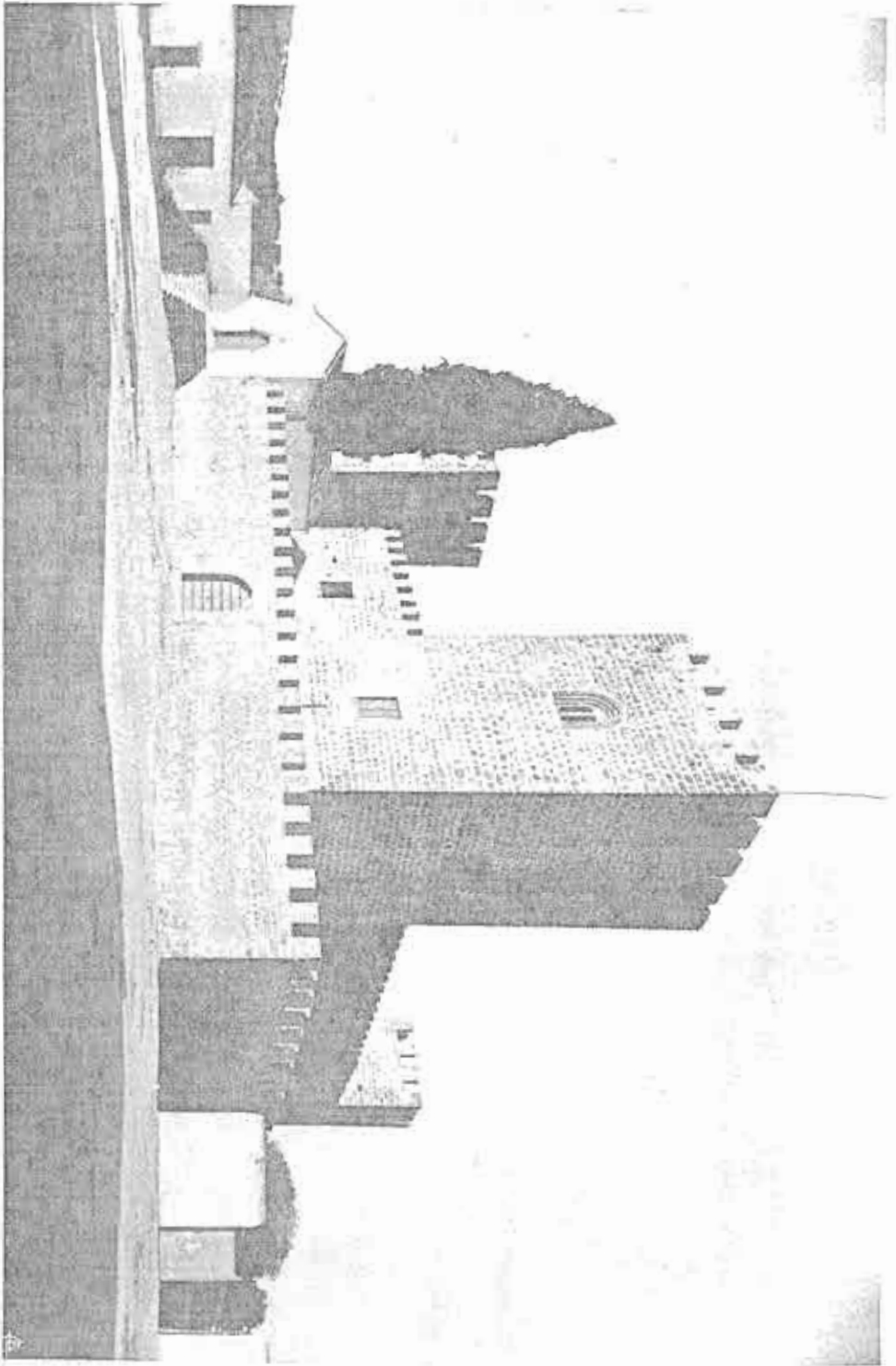
B. A. n.º 2.

Fig. 12 - Castelo de Amênia - Vista aérea do ângulo Sul-Nescente antes das obras.



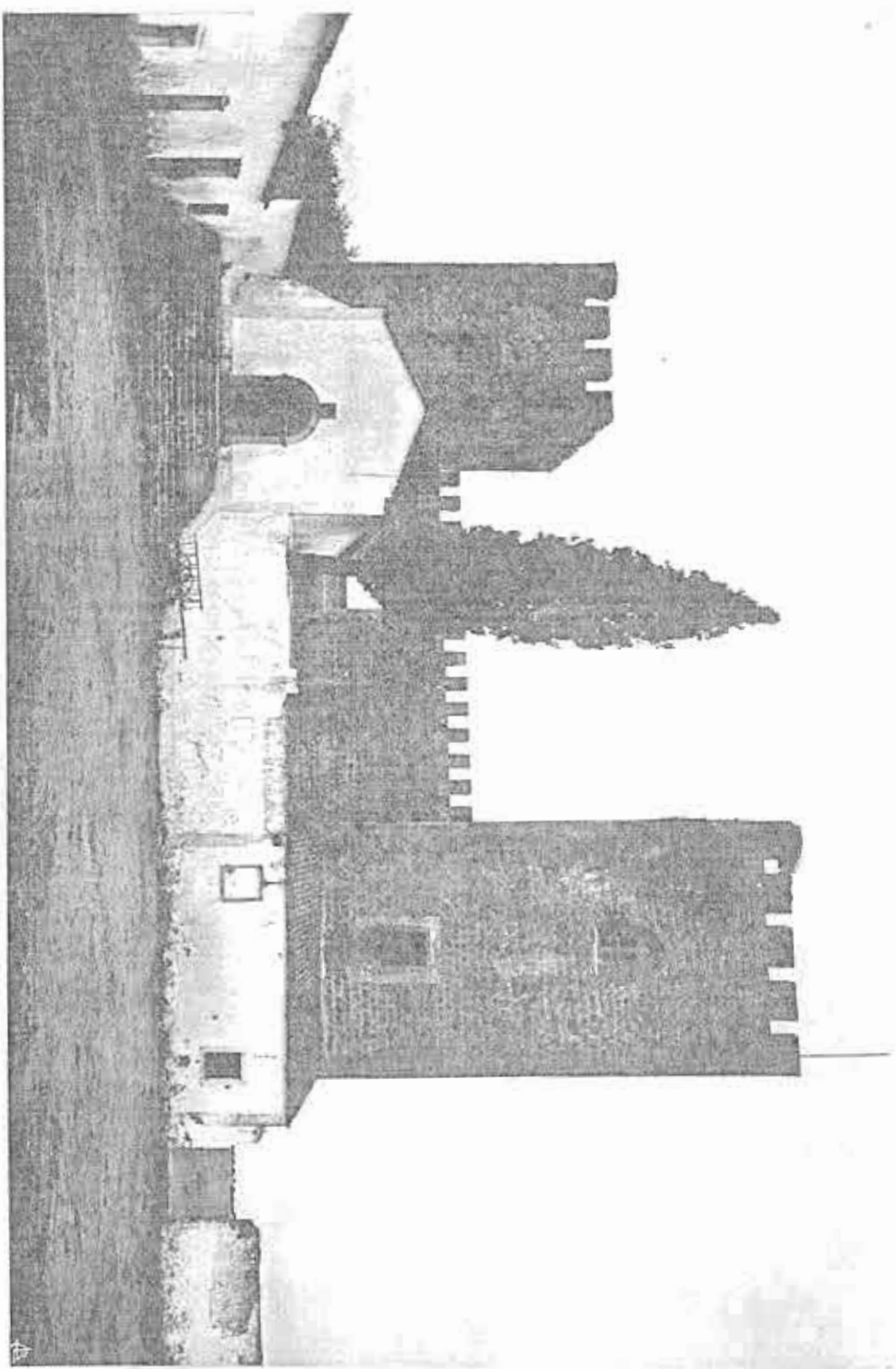
D. G. E. M. N.

Fig. 13 — Castelo de Amieira — Ângulo da fachada Nascente-Norte antes das obras.



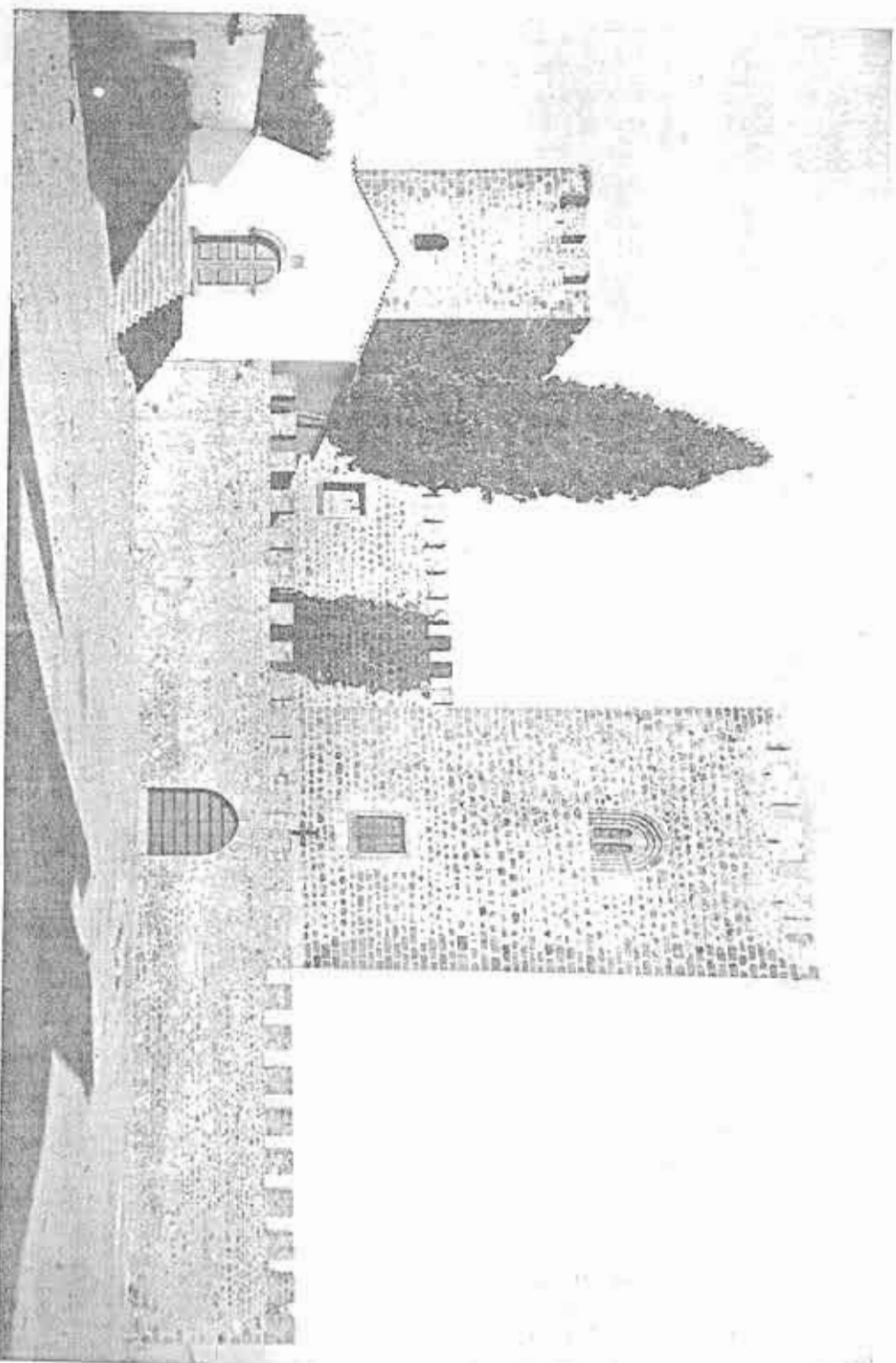
J. G. L. M. N.

Fig. 14 — Castelo de Amieira — O mesmo ângulo no seu estado actual.



D. G. E. M. N.

Fig. 15 — Castelo de Amieira — Fachada principal antes das obras.



D. G. H. M. N.

Fig. 16 — Castelo de Amieira — A mesma fachada depois dos trabalhos.

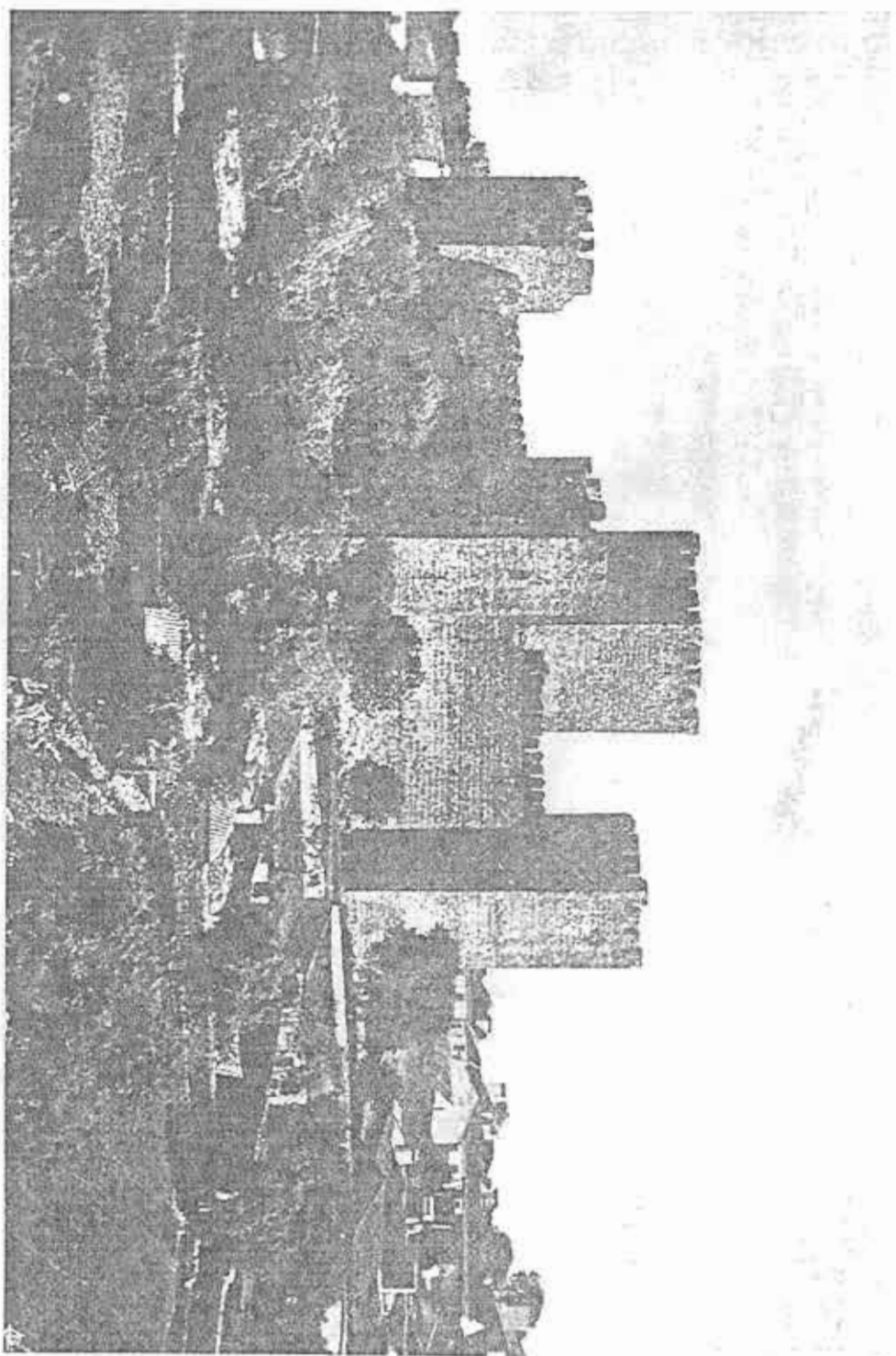
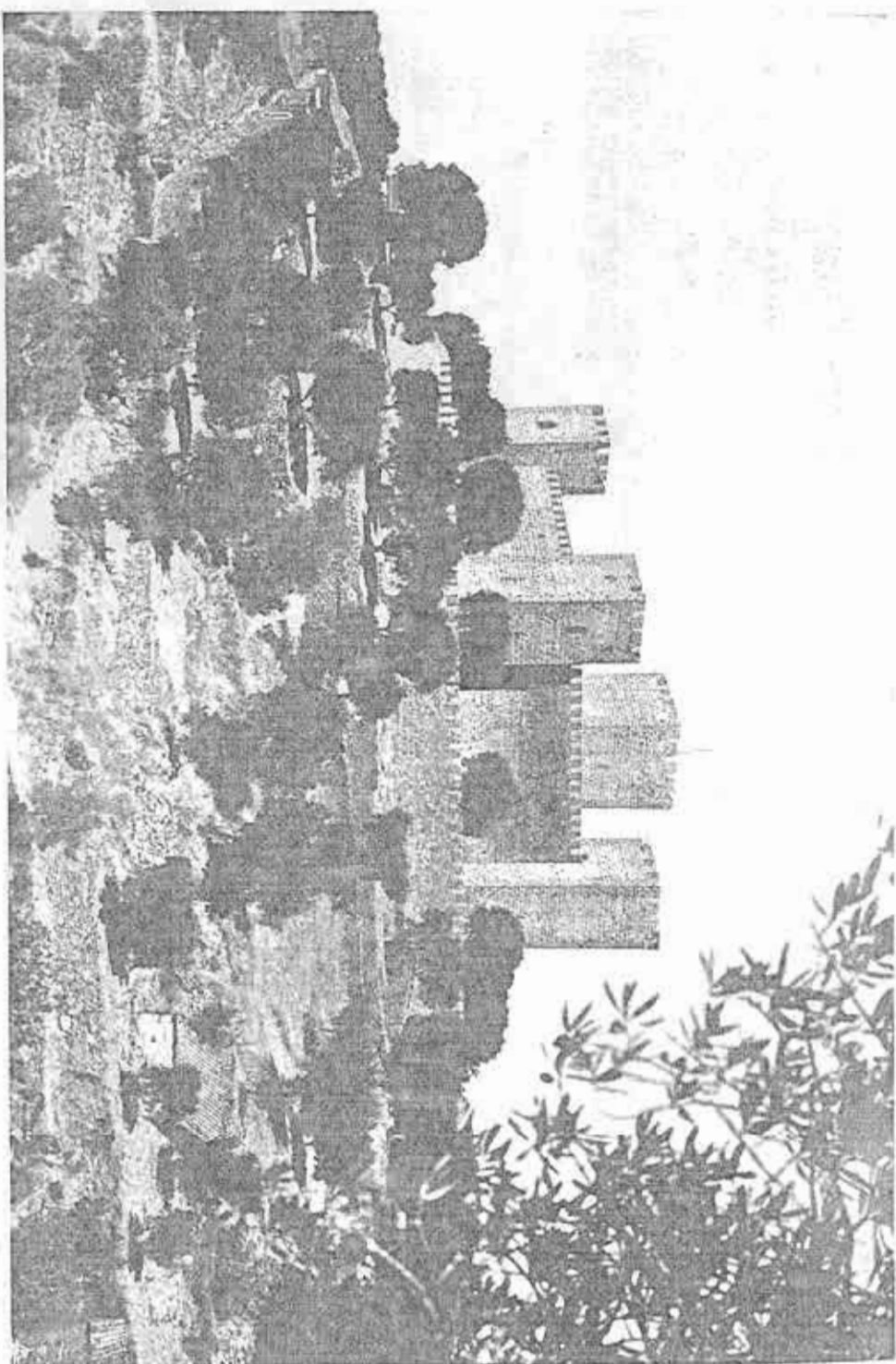
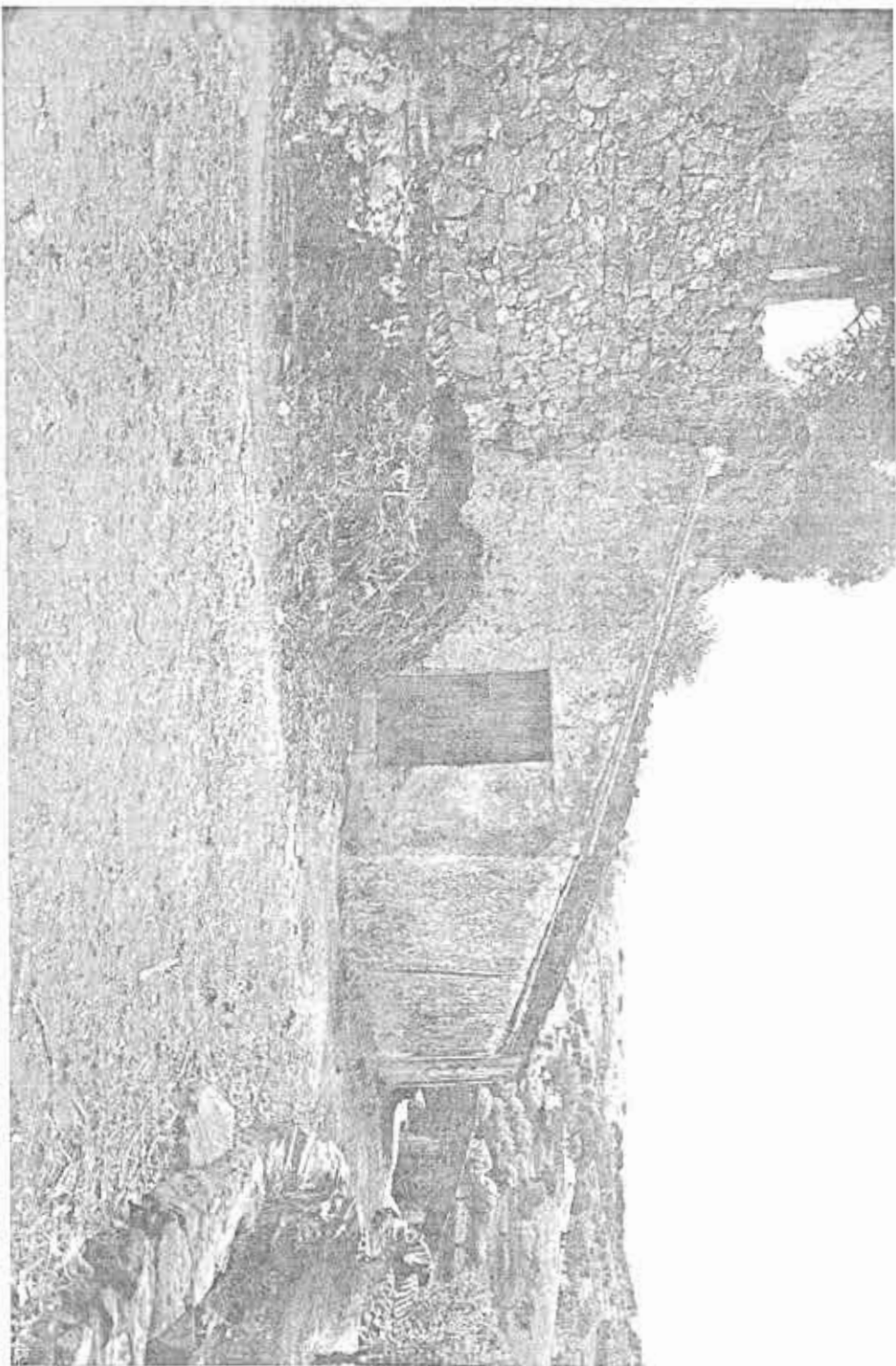


Fig. 17 — Castelo de Amieira — Ângulo das fachadas Poente-Sul antes das obras.



D. G. E. M. N.

Fig. 18 — Castelo de Amieira — O mesmo ângulo depois dos trabalhos.



Z. G. E. M. N.

Fig. 19 — Castelo de Amieira — Aspecto da barbacha de lado Poente antes das obras.

D. O. E. M. N.

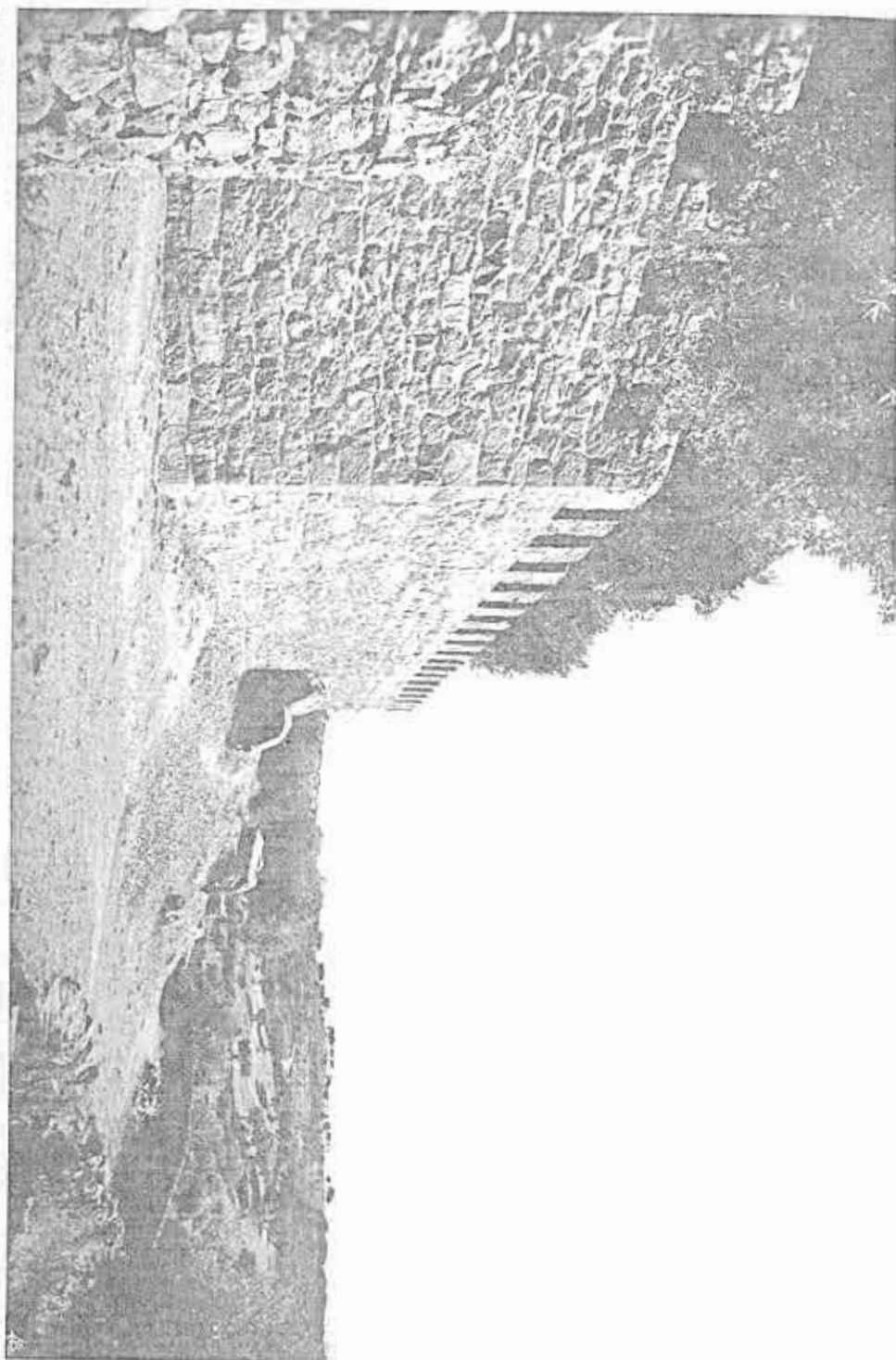
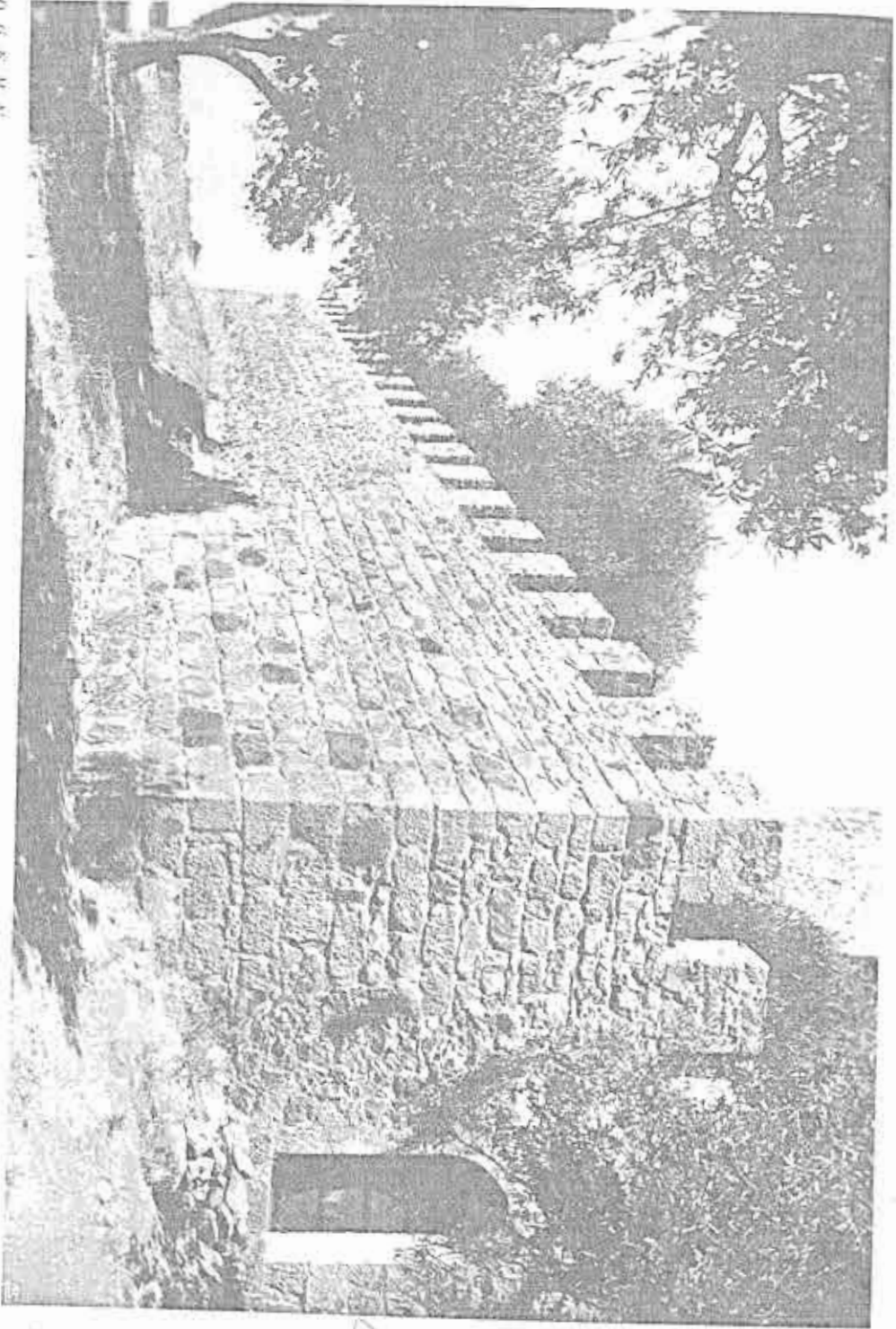


Fig. 20 — Castelo de Amieira — O mesmo aspecto depois dos trabalhos.



D. G. E. M. N.

Fig. 21 — Castelo de Amieira — A barbaca Poente-Sul antes dos trabalhos.

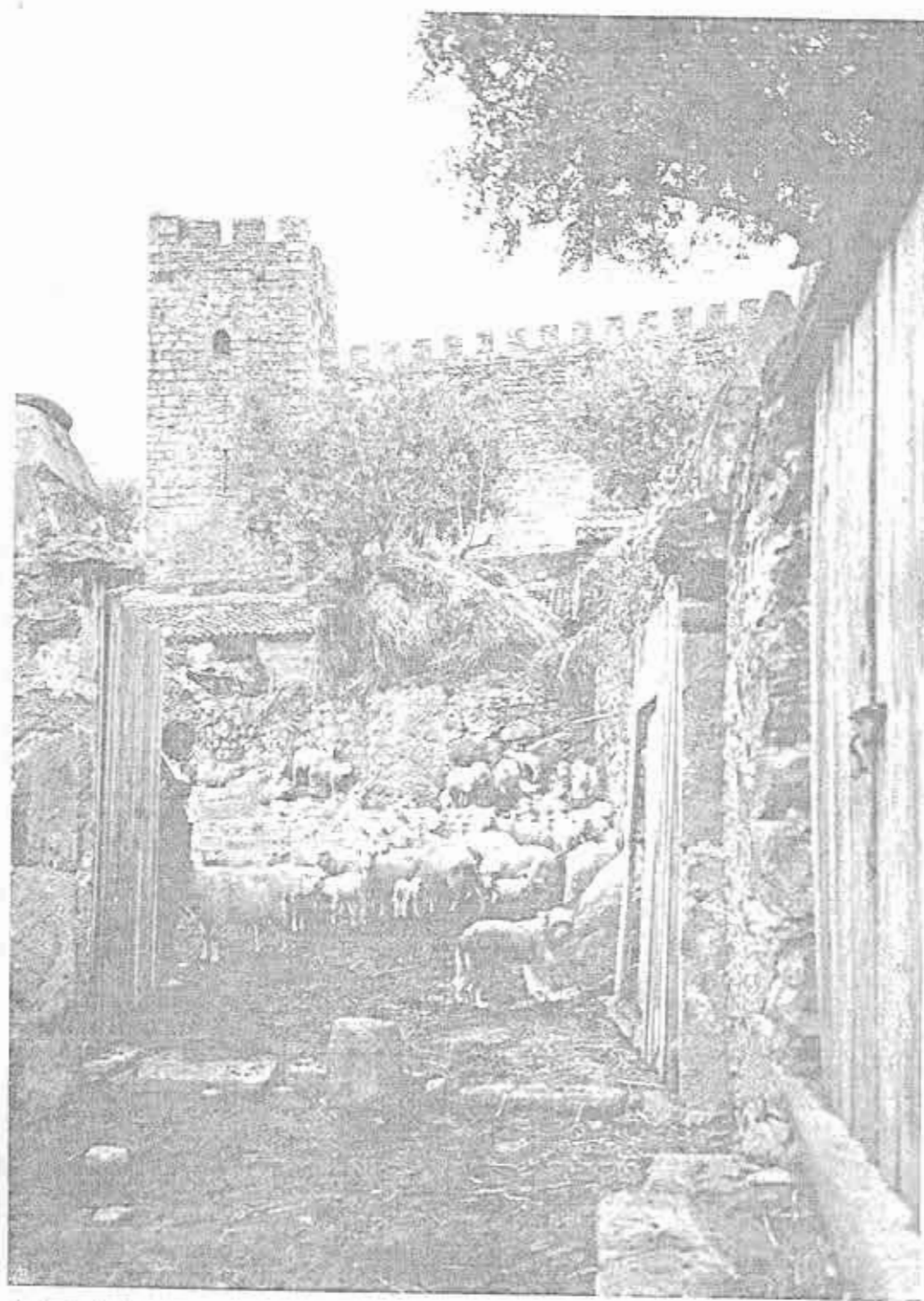


D. G. E. M. N.

Fig. 22 — Castelo de Amieira — A mesma barbacã no seu estado actual.

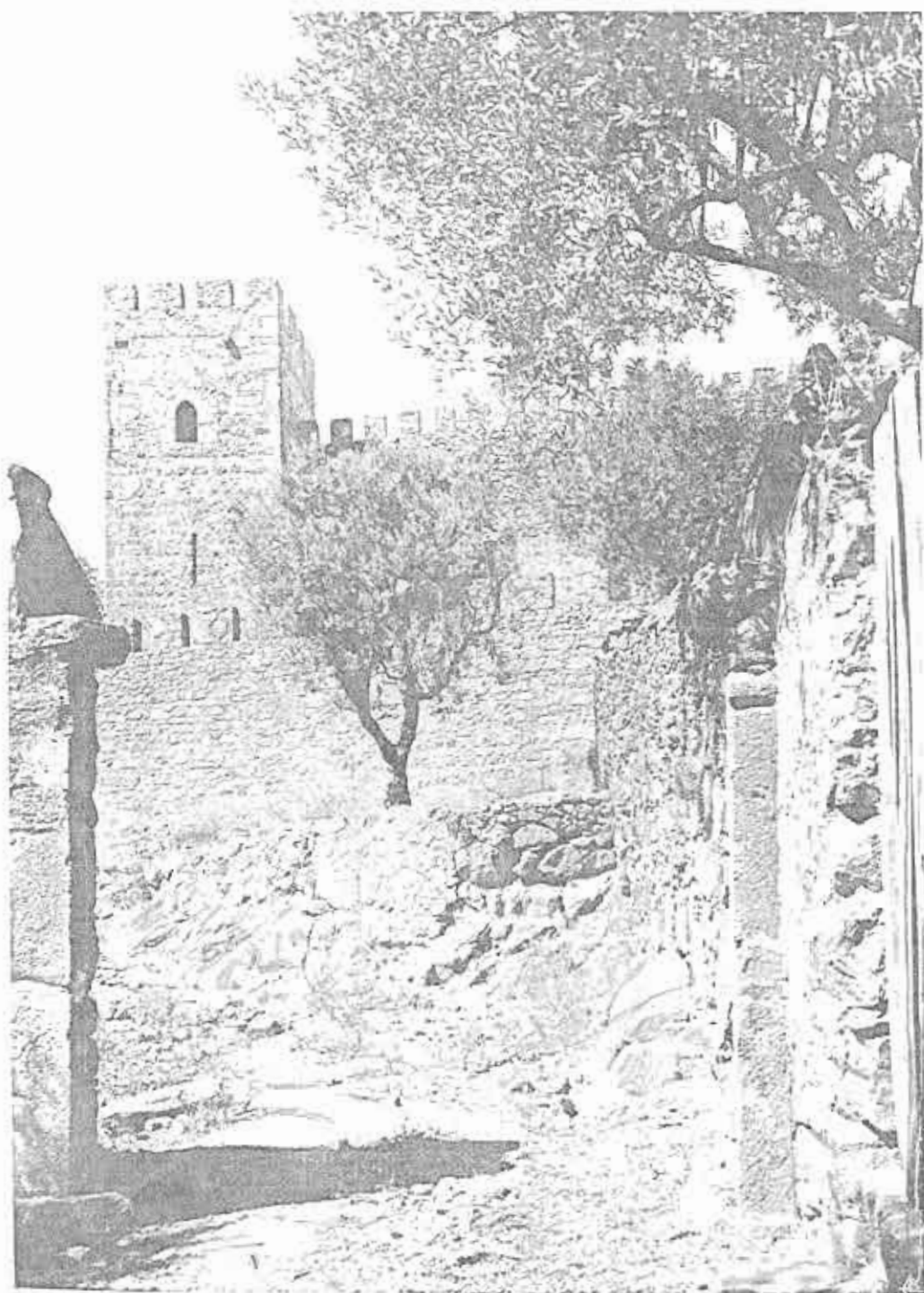
Edifício principal

↑
 9
 10710
 2'
 20x10'
 Adelas
 da



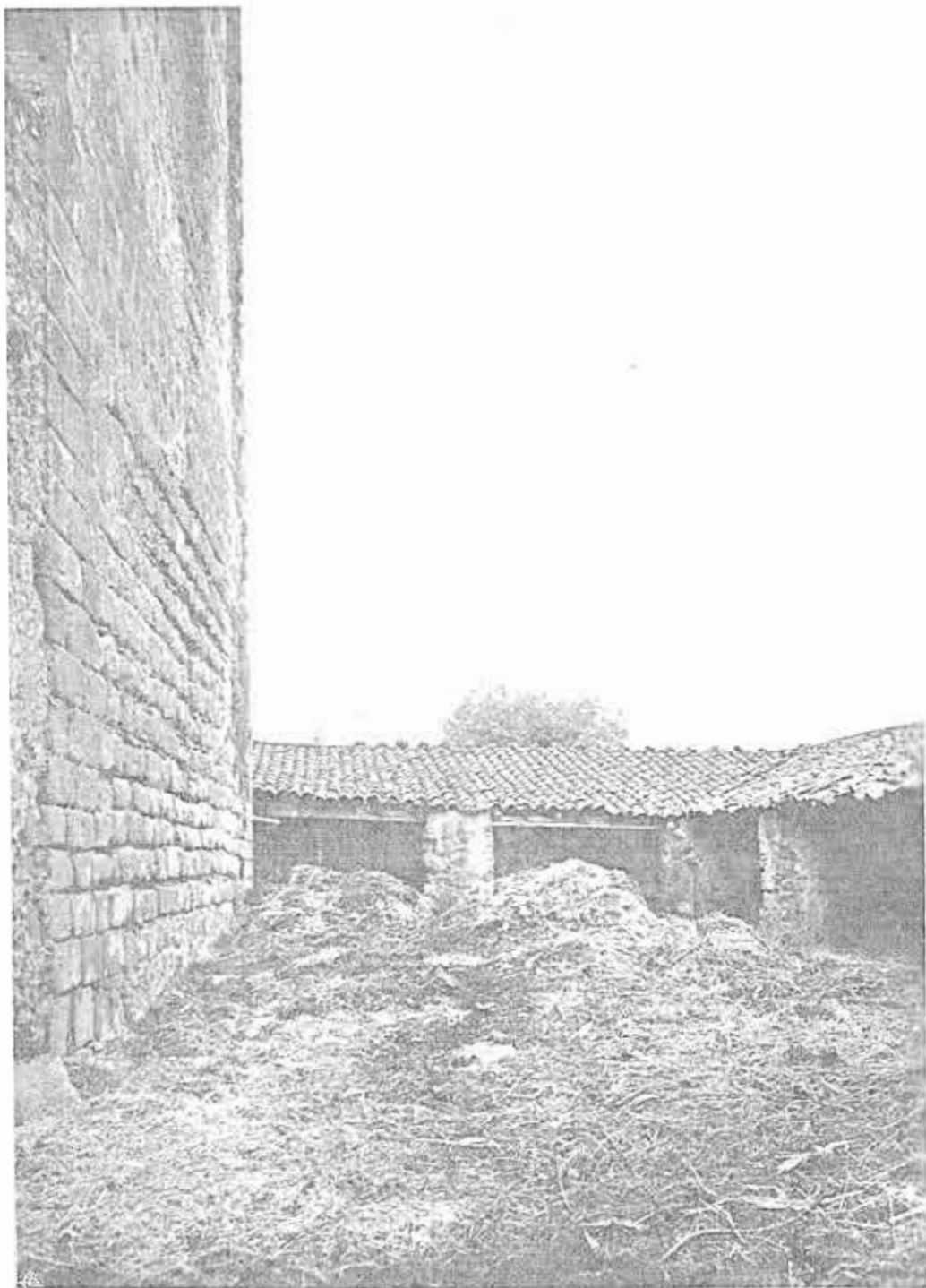
D. G. E. M. N.

Fig. 23 — Castelo de Amieira — Um aspecto da torre Sul-Poente antes das obras.



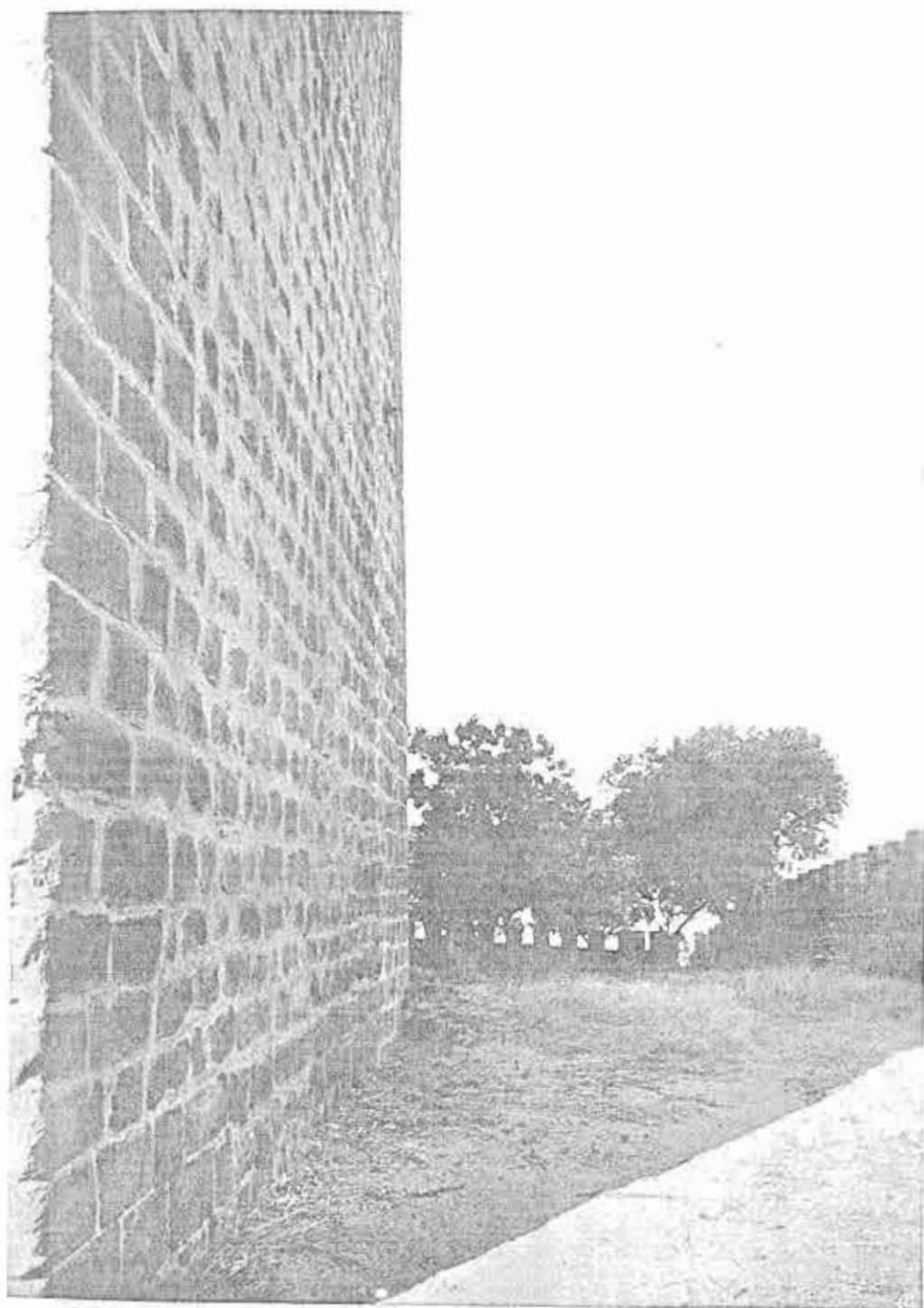
D. G. E. M. N.

Fig. 24 — Castelo de Amieira — O mesmo aspecto depois das obras.



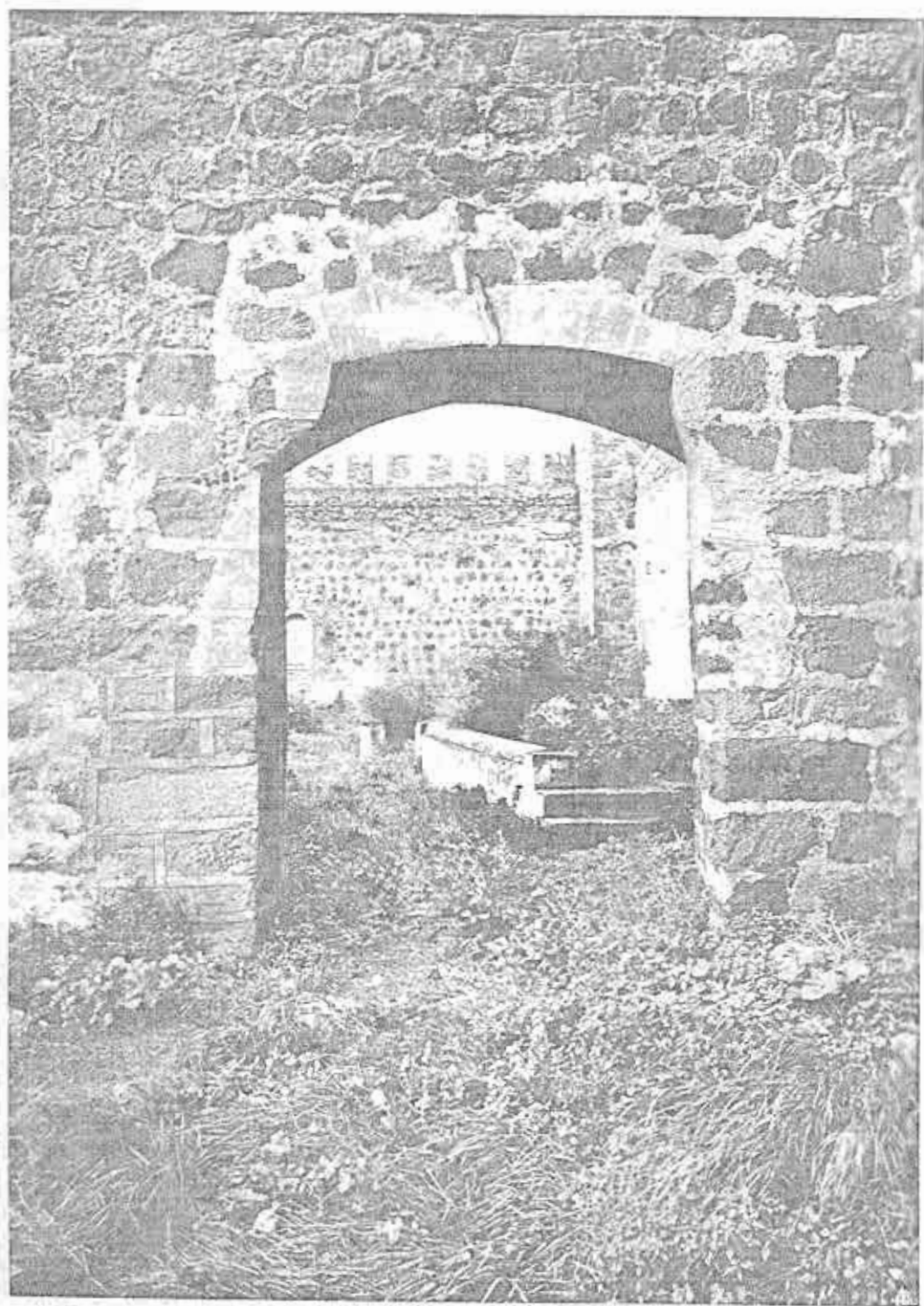
D. G. O. M. N.

Fig. 25 — Castelo de Amieira — Aspecto da barbaca, junto à torre de menagem, antes das obras.



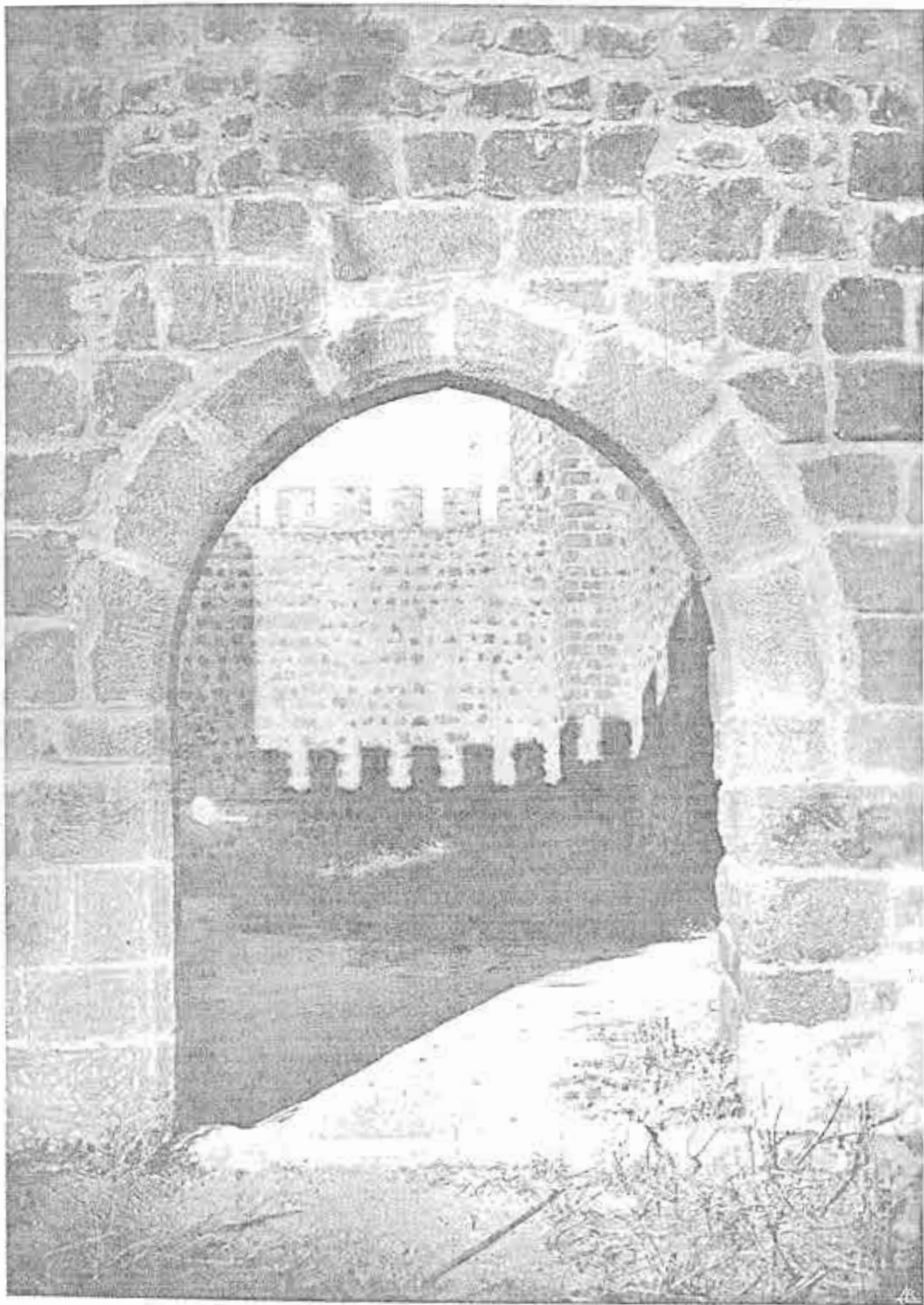
D. G. E. M. N.

Fig. 26 — Castelo de Amieira — O mesmo aspecto depois das obras.



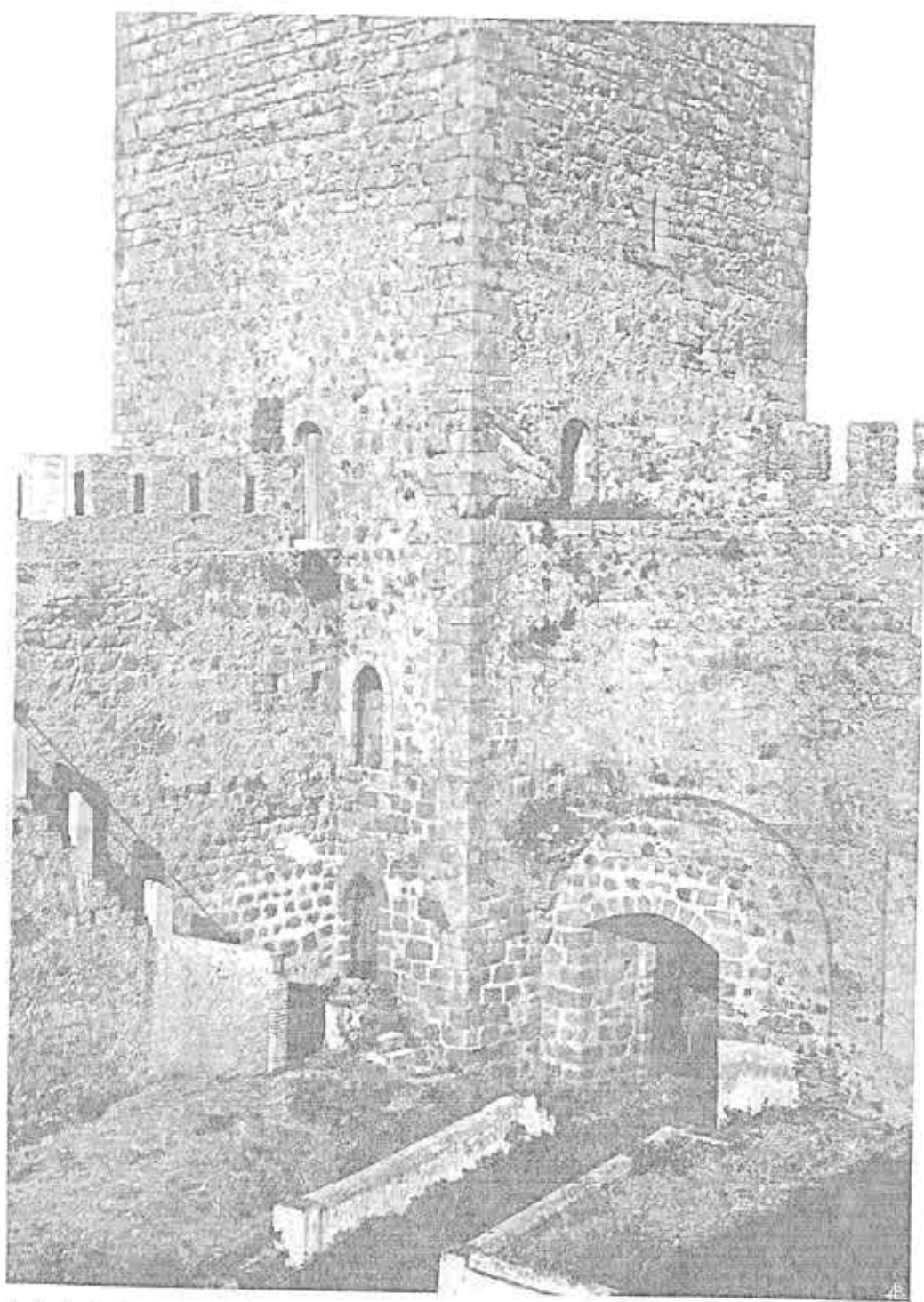
D. G. E. M. N.

Fig. 27 — Castelo de Amieira — A porta da praça de armas antes das obras.



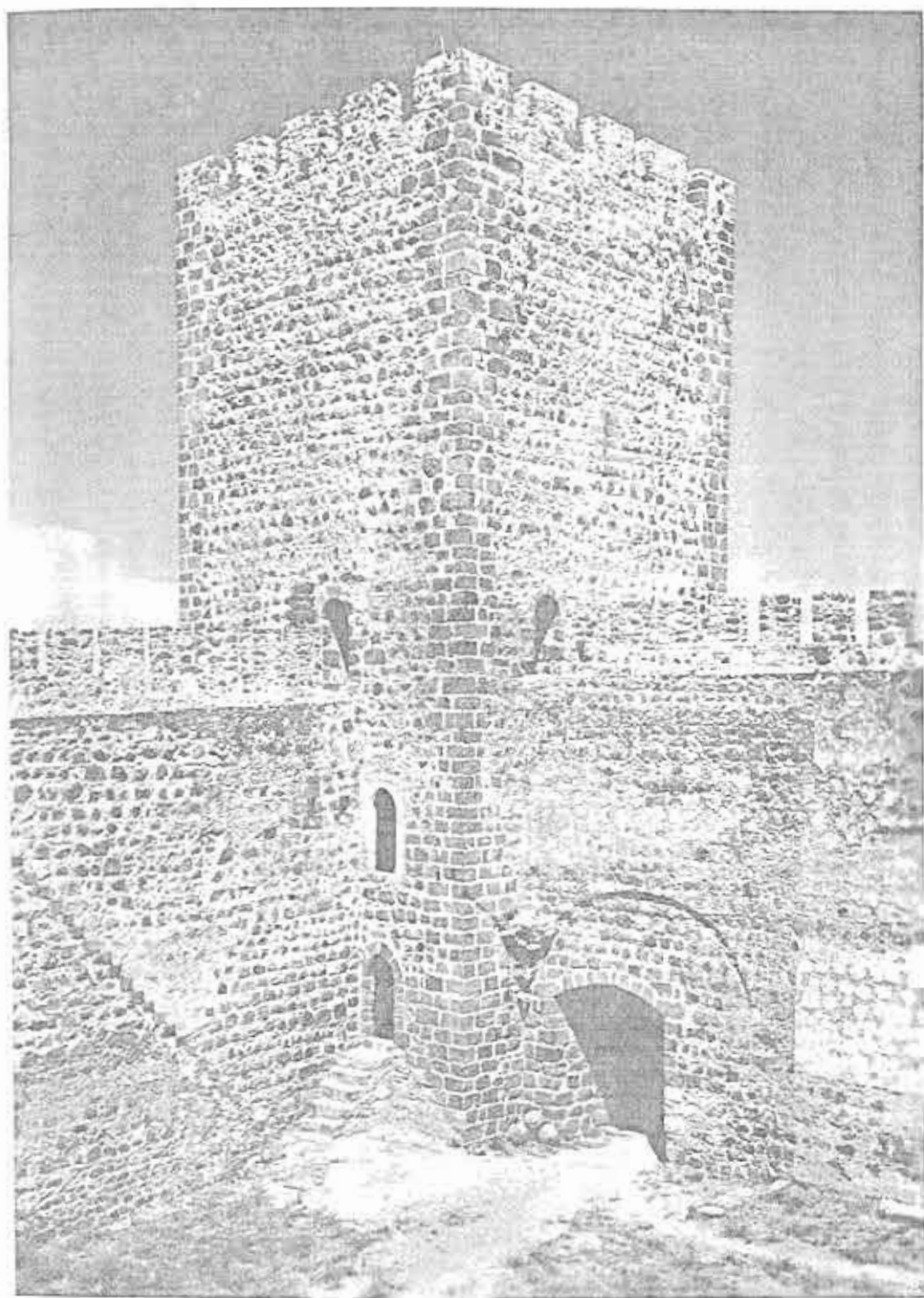
D. G. E. M. N.

Fig. 28 — Castelo de Amieira — A mesma porta depois das obras.



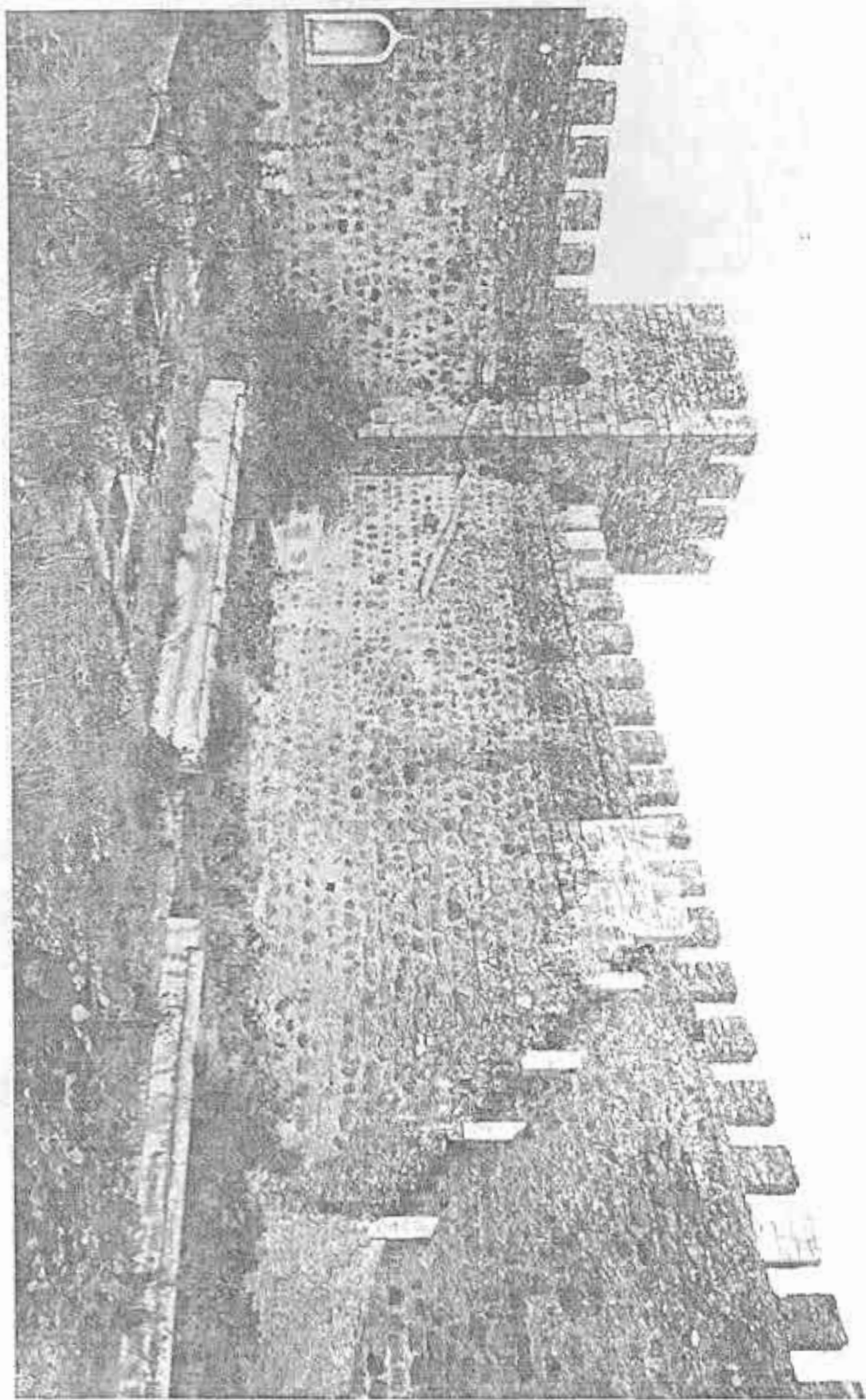
D. G. E. M. N.

Fig. 29 — Castelo de Amieira — A torre de menagem antes das obras.



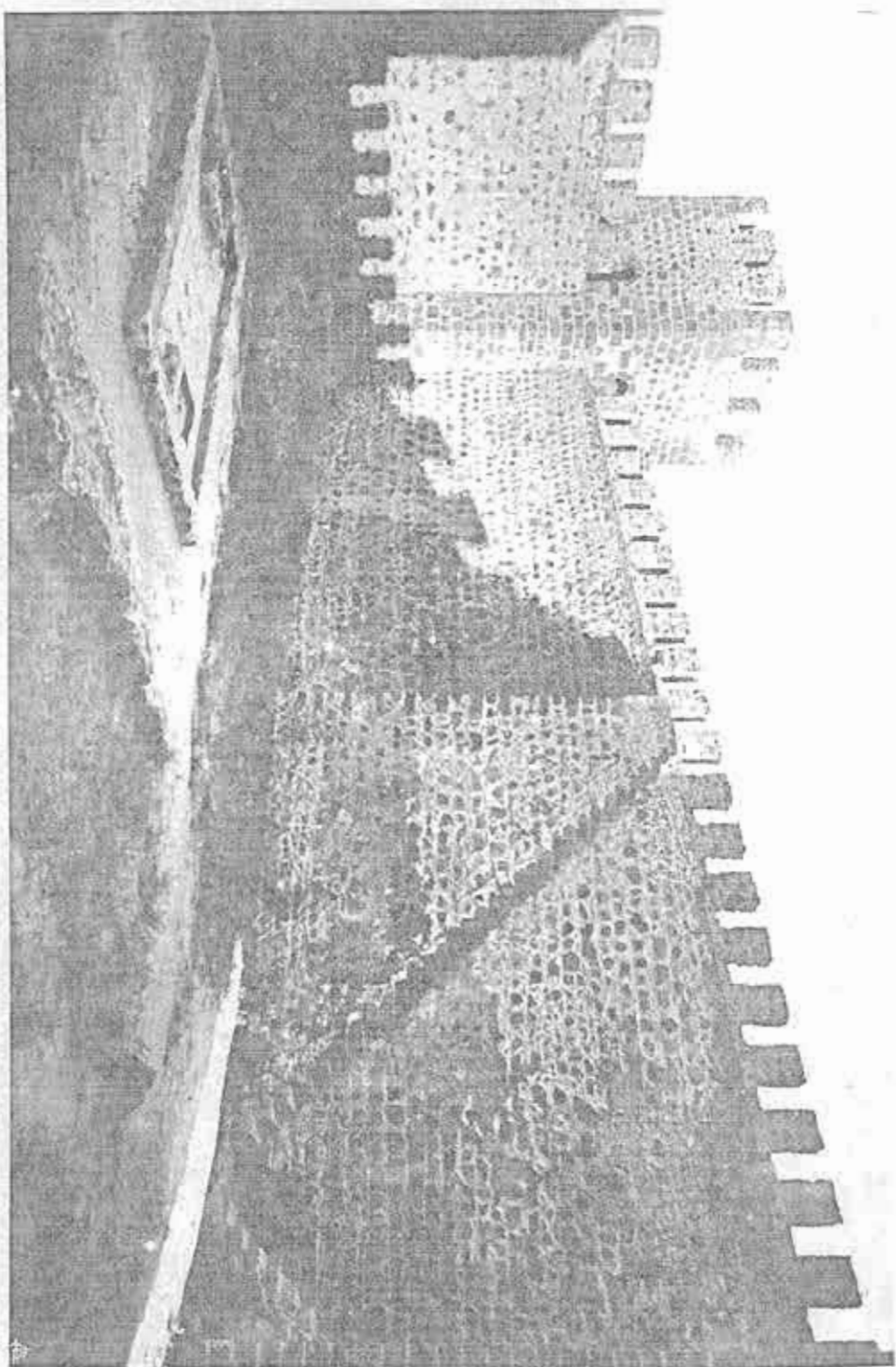
D. G. E. M. N.

Fig. 30 — castelo de Amieira — A mesma torre depois das obras.



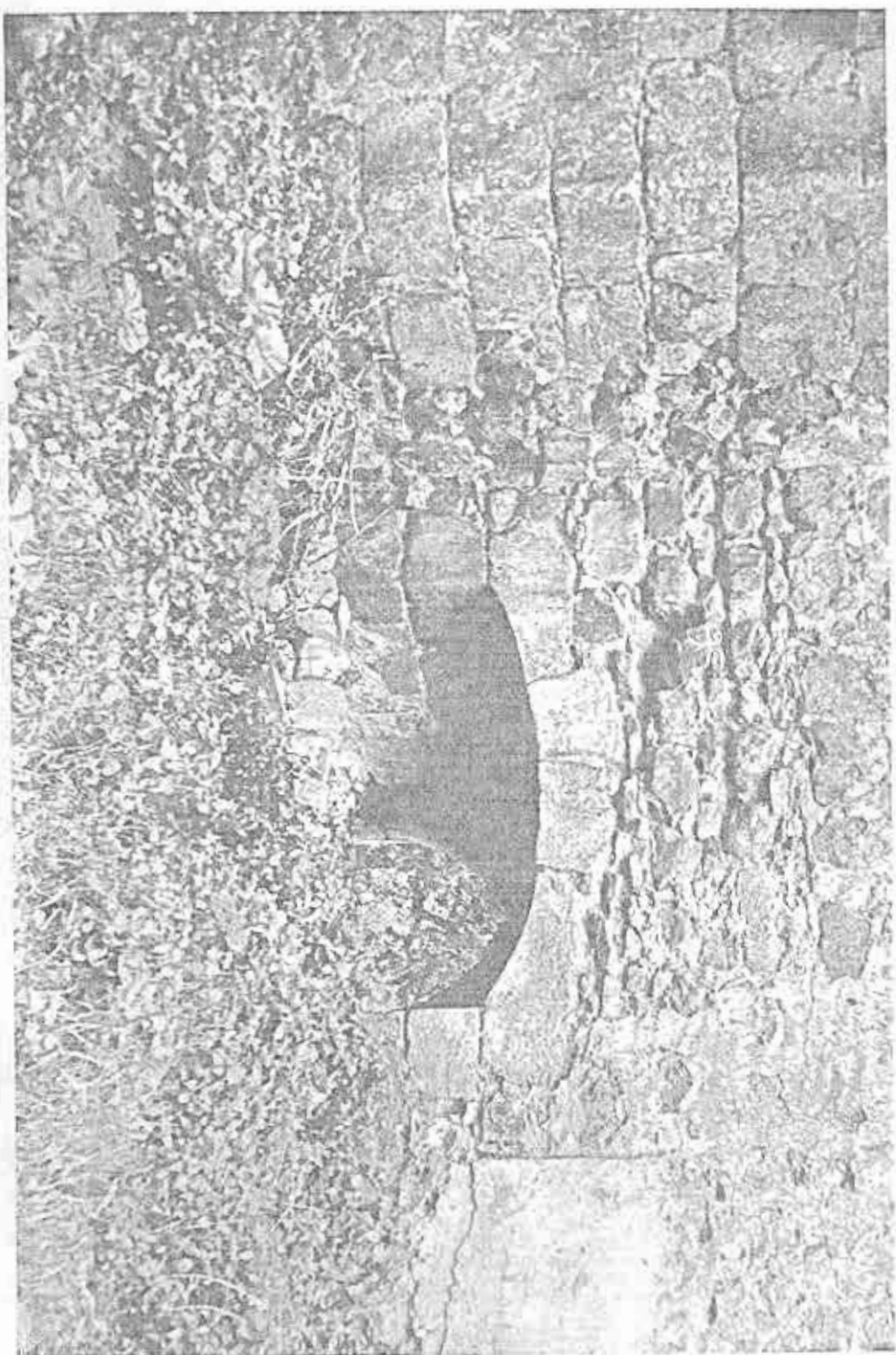
D. G. E. M. N.

Fig. 31 — Castelo de Amieira — Aspecto interior da praça de armas antes das obras.



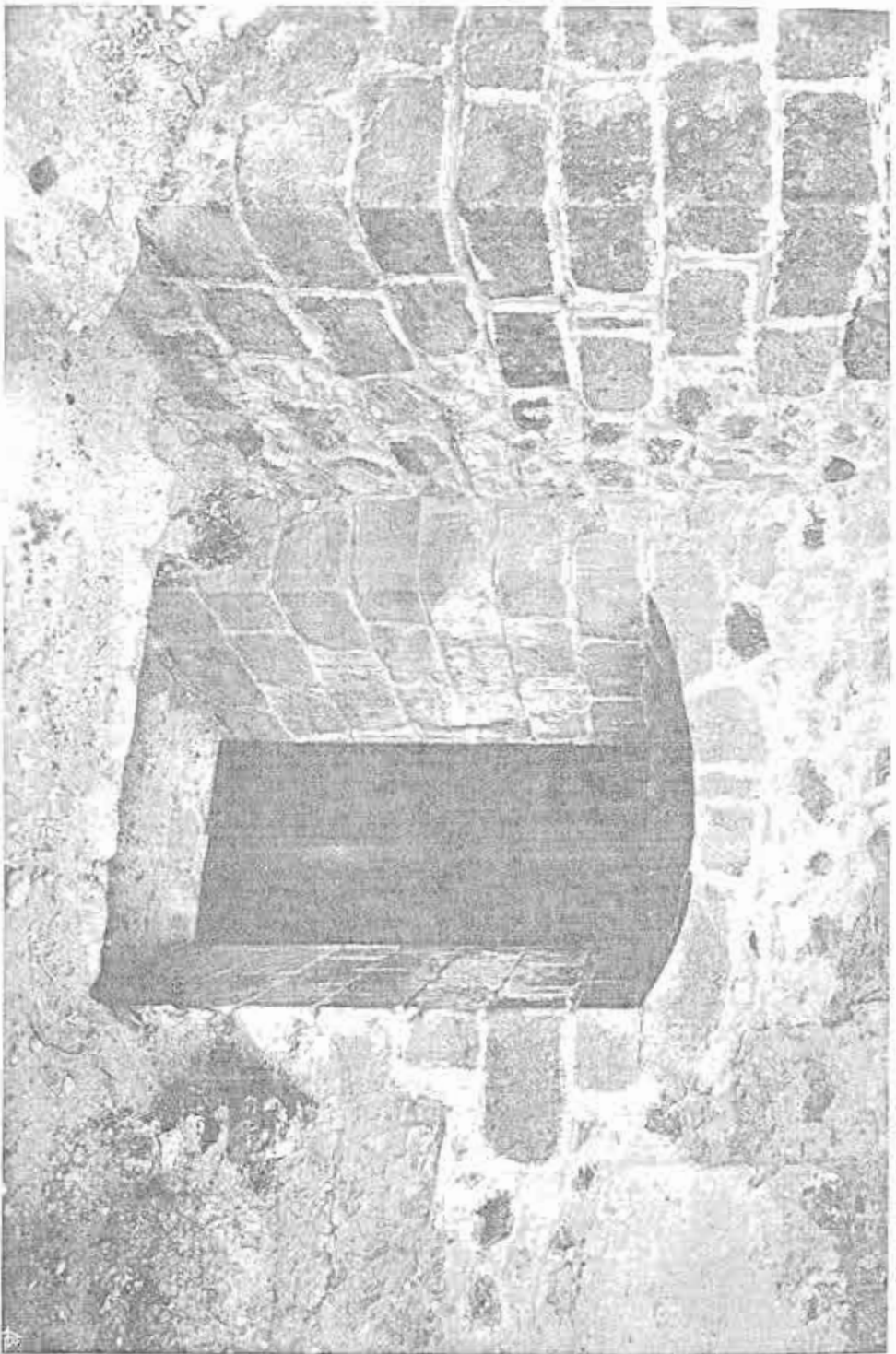
D. G. E. M. N.

Fig. 32 — Castelo de Amieira — O mesmo aspecto no seu estado actual.



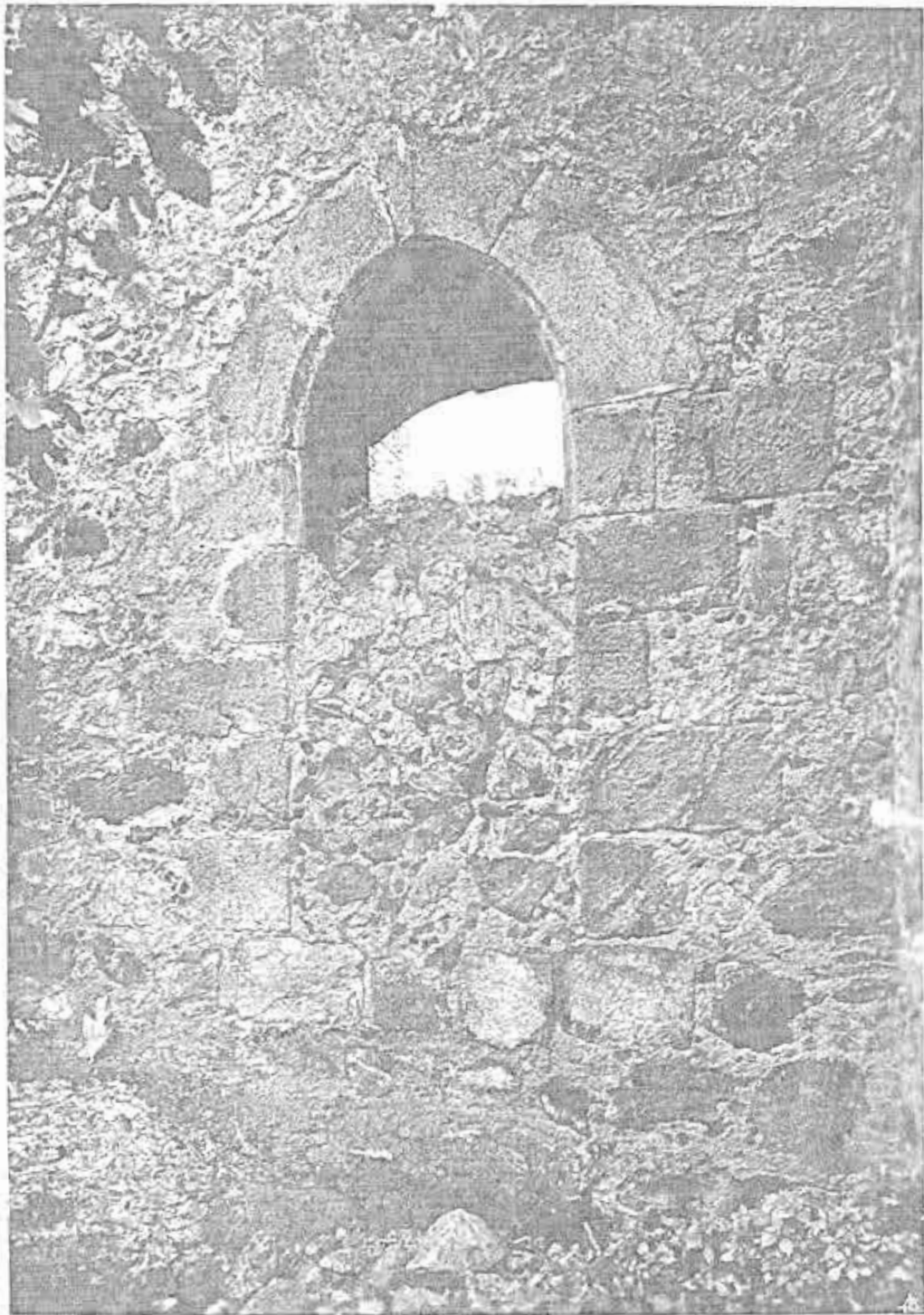
D. G. E. M. N.

Fig. 33 — Castelo de Antieira — A porta do Poente antes das obras.



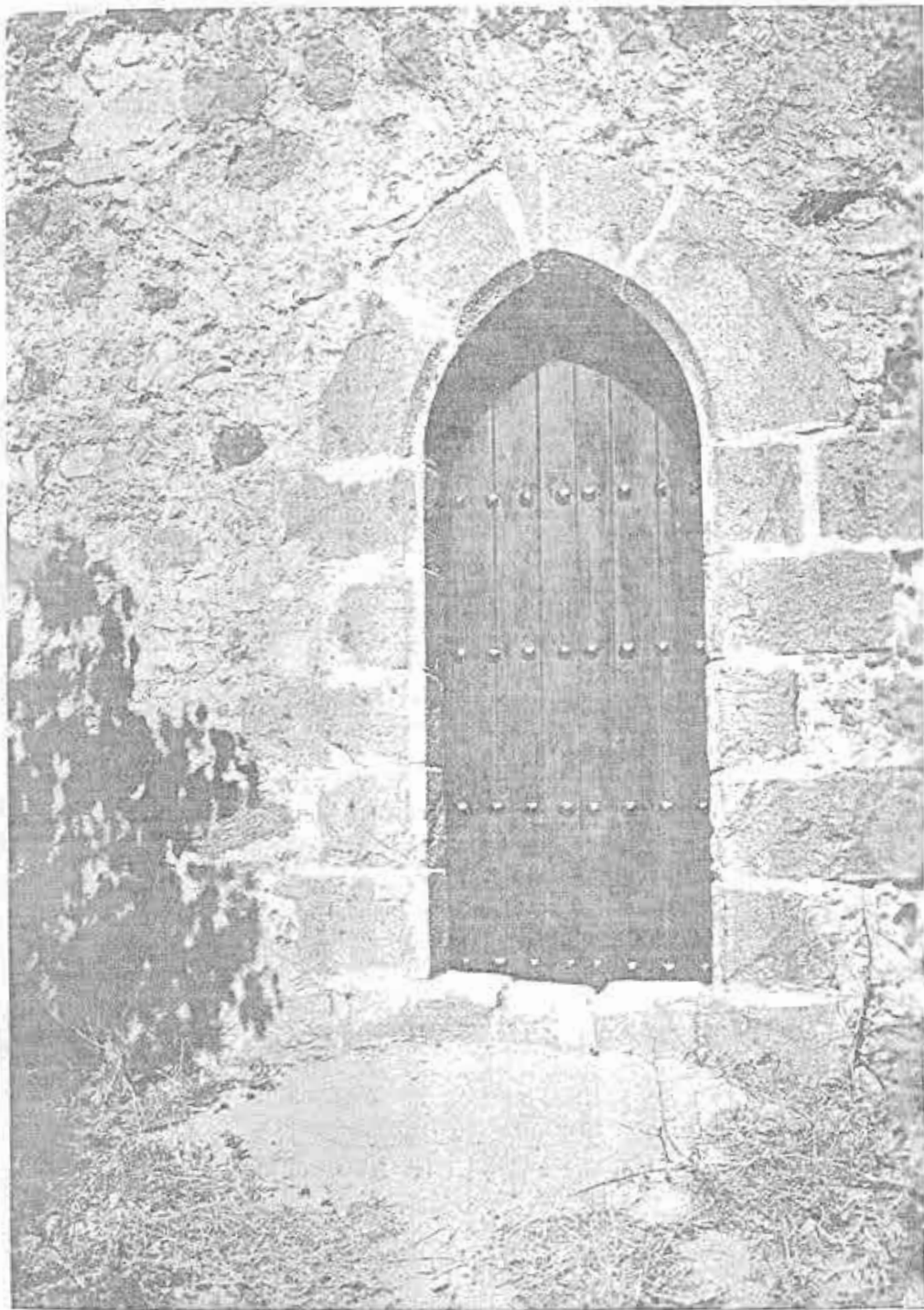
D. G. L. M. V.

Fig. 34 — Castelo de Amieira — A mesma porta depois das obras.



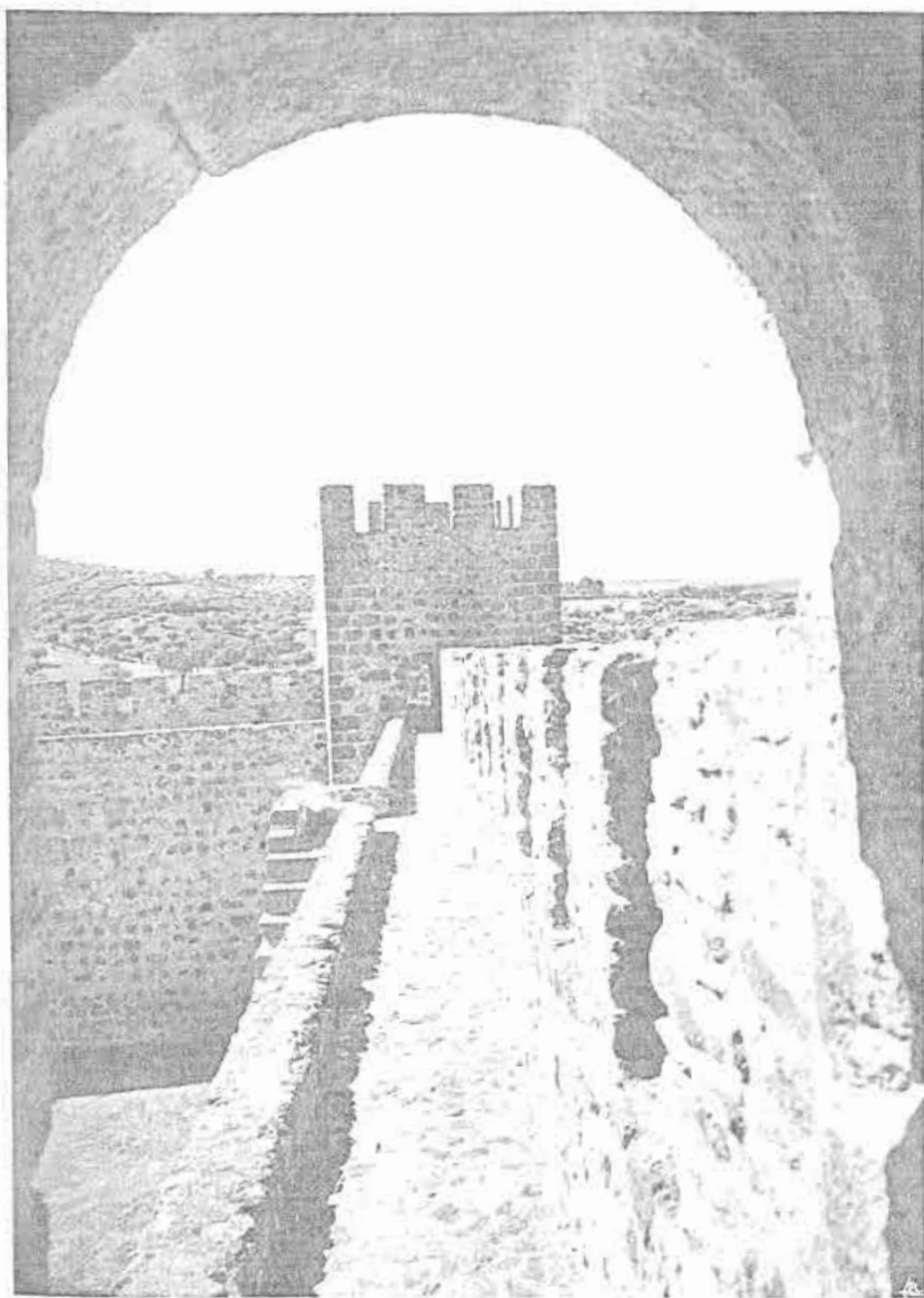
D. G. F. M. S.

Fig. 35 — Castelo de Amieira — Exterior da porta do Poente no início das obras.



D. G. E. M. N.

Fig. 36 — Castelo de Amieira — A mesma porta depois das obras.



D. G. L. 31 N.

Fig. 40 — Castelo de Amieira — O adarve visto da torre de menagem.



D. G. E. M. N.

Fig. 39 — Castelo de Amieira — Pormenor dum recanto do último pavimento da torre de menagem.

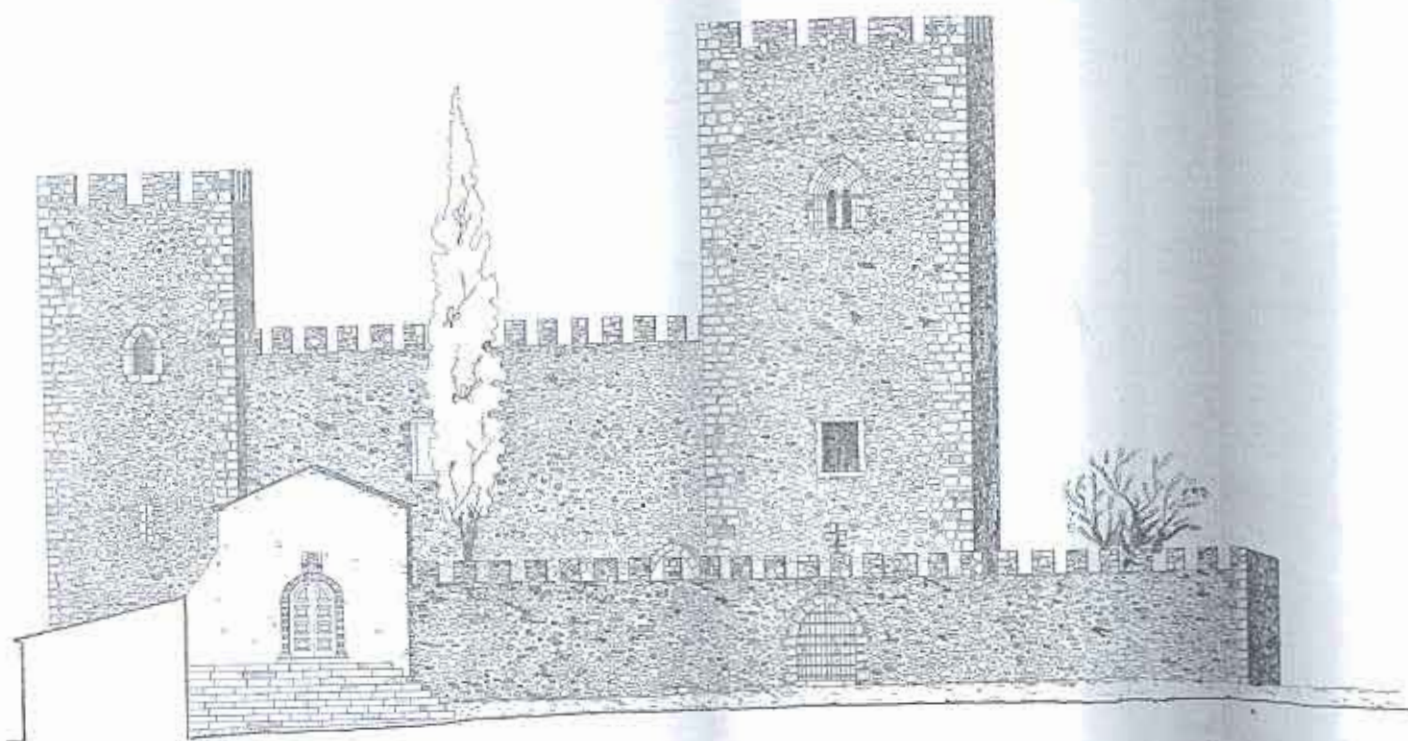


Fig. 6 — Castelo de Anleira — Alçado principal.

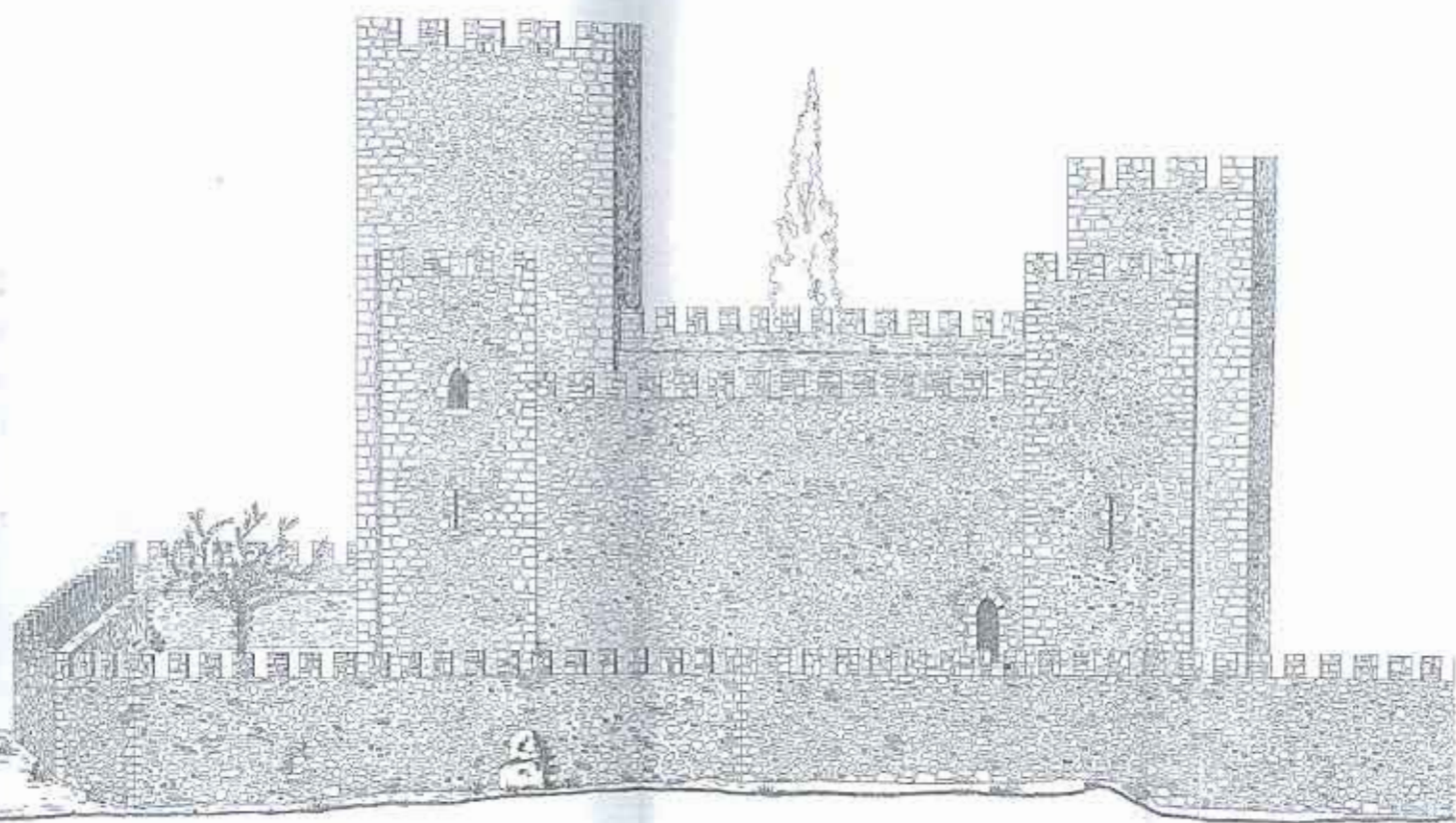
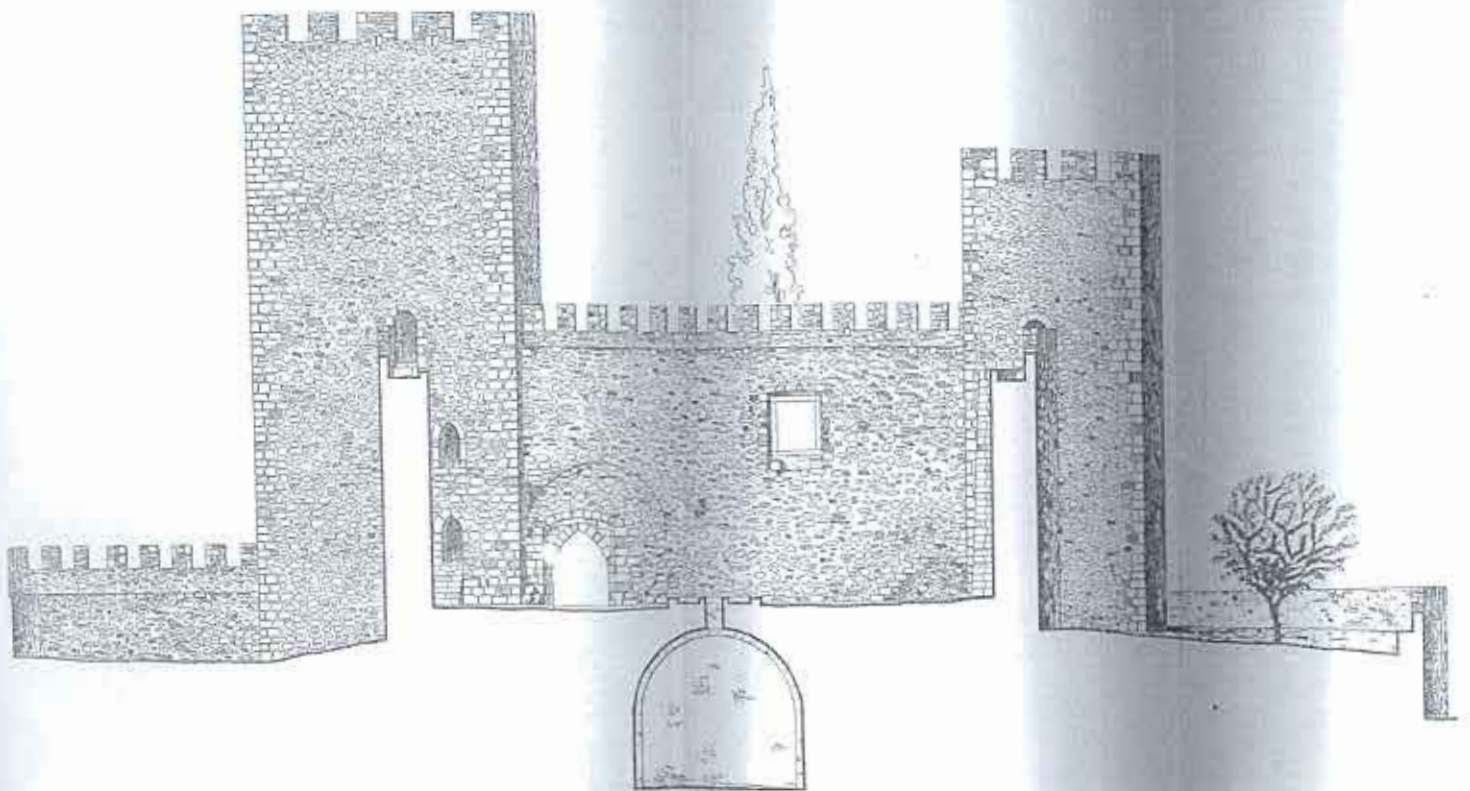


Fig. 7 — Castelo de Amieira — Alçada posterior.



0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
M. ESCALA

Fig. 8 — Castelo de Amadora — Corte transversal.

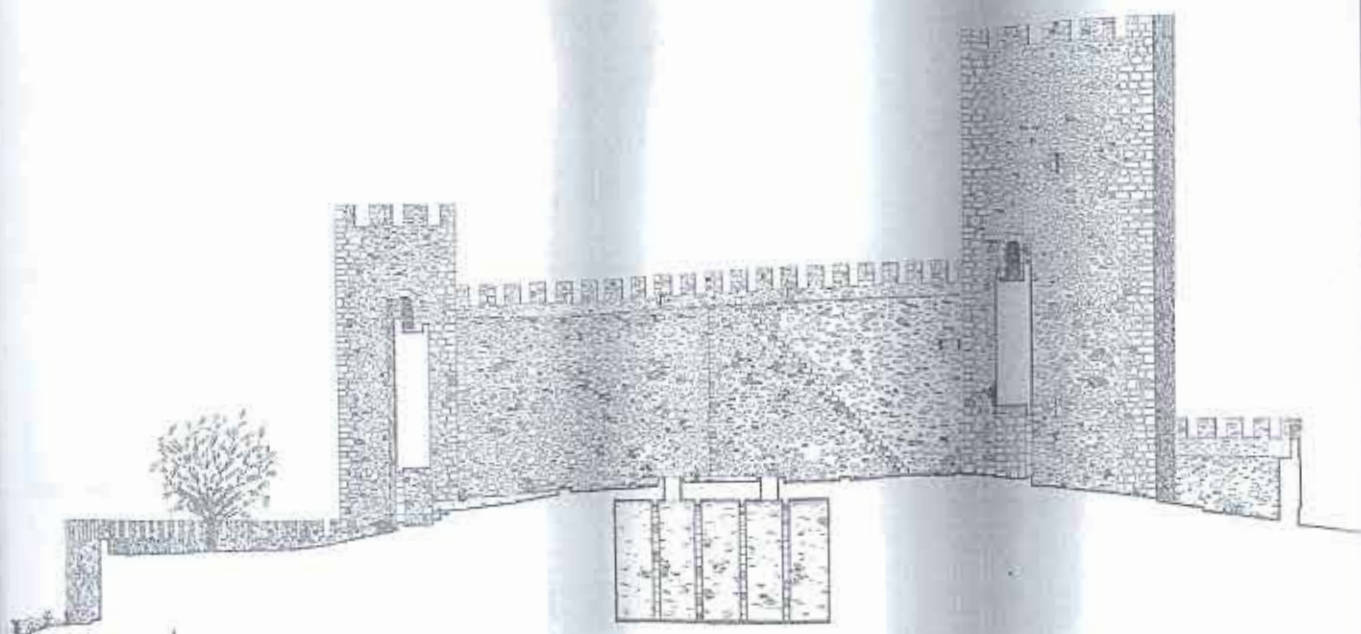


Fig. 9 — Castelo de Ambrós — Corte longitudinal.

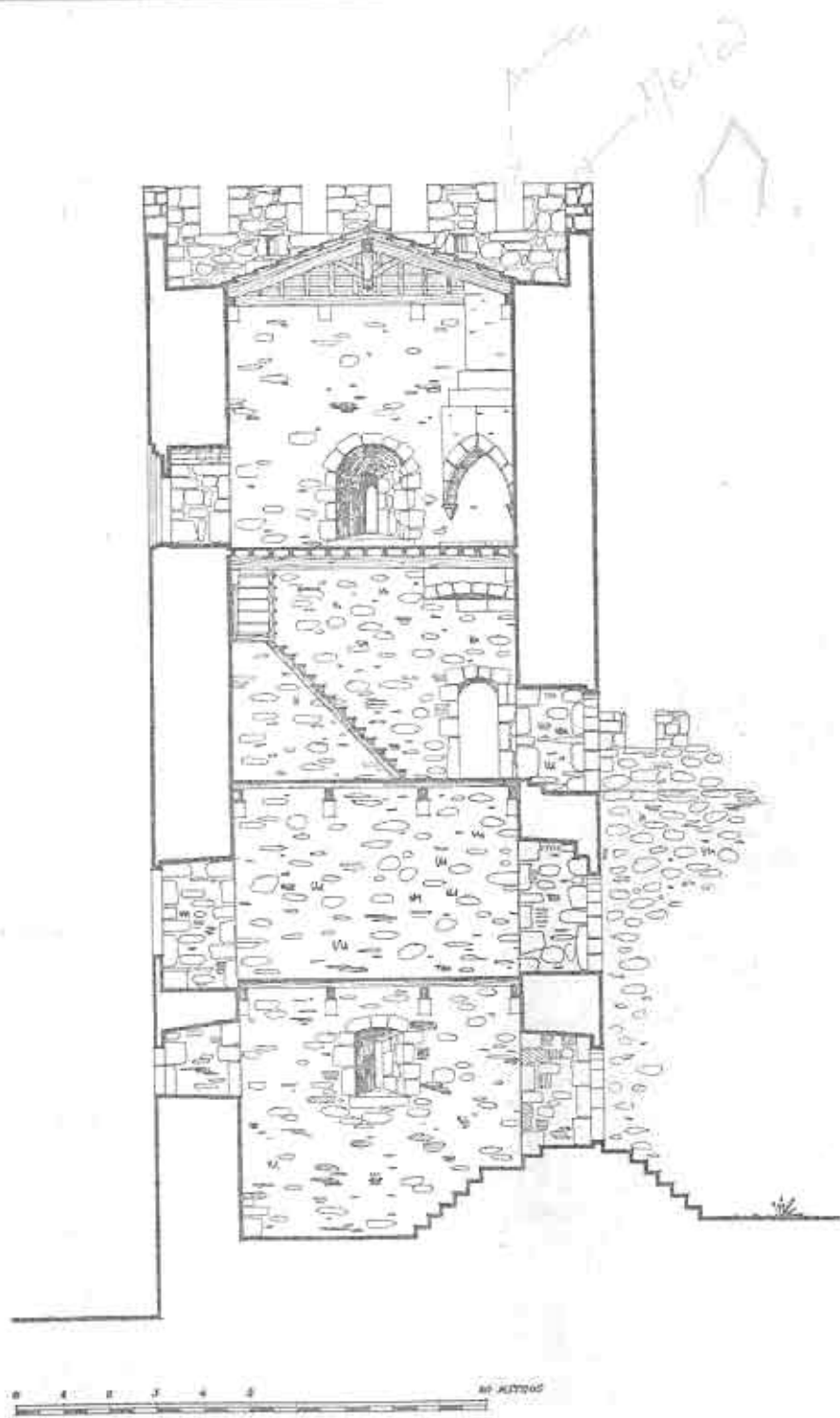


Fig. 10 — Castelo de Amieira — Corte da torre de menagem.

ESTAMPAS

H. A. H. 11

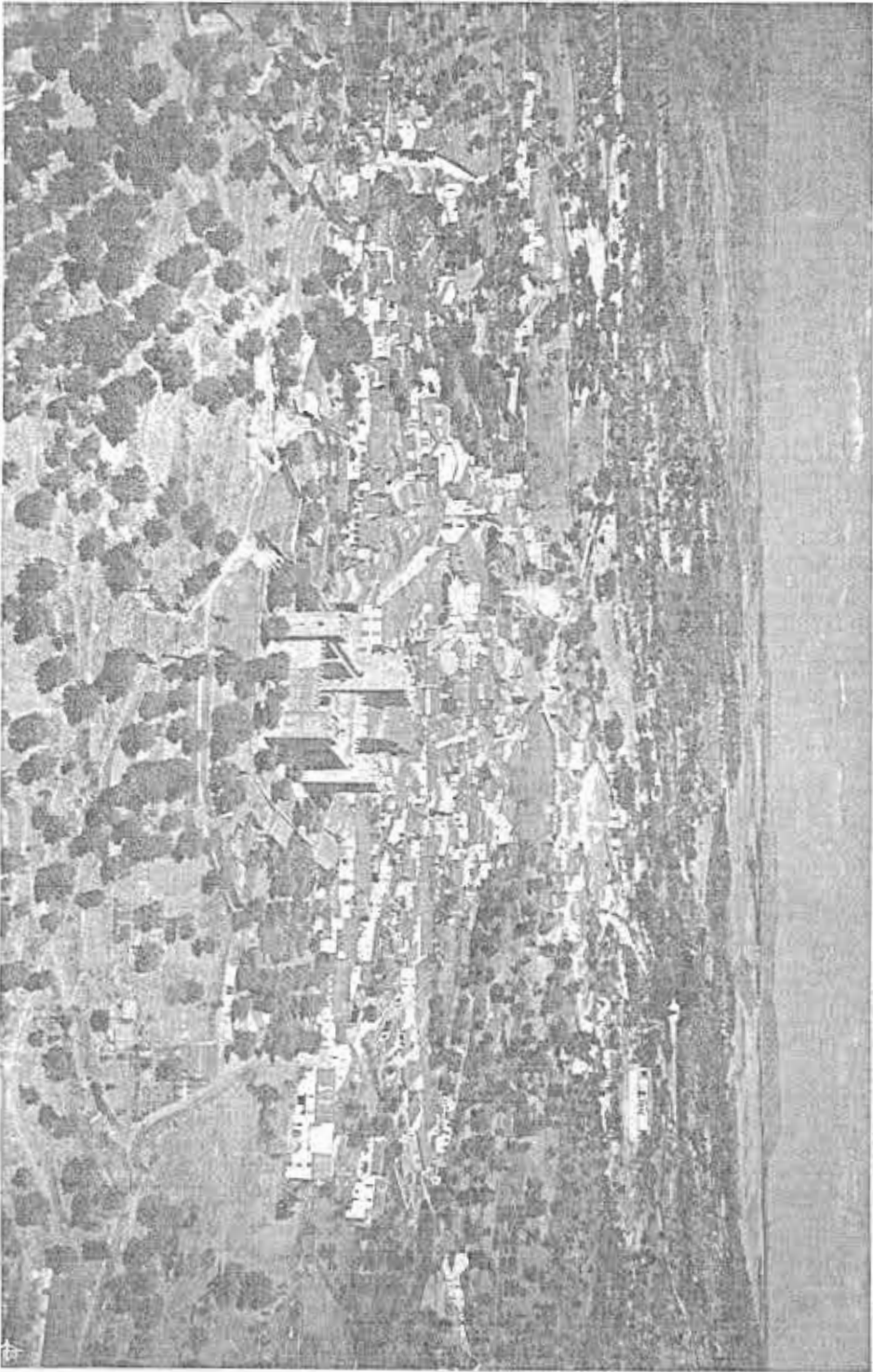


Fig. 11 — Castelo de Amieira — Vista aérea tirada do Poente.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO DE GRAVURAS E TEXTO
NAS OFICINAS DA
EMPRESA INDUSTRIAL GRÁFICA DO PORTO, L.DA
174 — RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE — 178
TELEFONE 23798

GRAVURAS DAS OFICINAS MARQUES ABREU — PORTO